

P
D
T

**PEDRO
FERNANDES
GOVERNADOR**

12

A
MUDANÇA
COMEÇA
COM UM CARA
NOVO
AGORA

DIRETRIZES DE AÇÃO PARA O
GOVERNO DO RIO DE JANEIRO



O RIO TEM JEITO SIM!

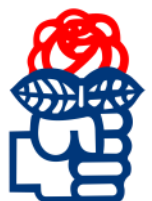


I. APRESENTAÇÃO

O Estado do Rio de Janeiro atravessa a maior crise econômica de sua história, amargando uma recessão profunda (queda do PIB estadual em 8,6% entre 2015 e 2016), um índice alarmante de desemprego (entre 2014 e 2017, o número de desempregados no Rio saltou de 494 mil para 1,2 milhão, uma alta de 157%. Em maio de 2018, segundo dados do Caged, o ERJ perdeu 3.139 empregos, enquanto o país gerou 33.659 novos postos de trabalho. Em 12 meses, o Estado do Rio perdeu mais de 39 mil empregos, dos quais 17 mil na construção civil e 13 mil no setor de serviços) e altos índices de criminalidade.

Nossa economia, que é em 68% voltada para os setores de comércio e serviços, sofre com a queda na demanda. Só em 2017, 21 mil estabelecimentos comerciais fecharam as portas, segundo dados do CDL-Rio. Só em 2017, foram 5346 homicídios dolosos e nos últimos 10 anos, foram assassinados 48.912 cidadãos. A taxa de homicídios está em 36,4 para cada grupo de 100 mil habitantes (taxa nacional é de 30,3). E, entre os jovens, é de 87,7 para cada grupo de 100 mil habitantes. Ainda nesta faixa etária, esse dado sobe para 166,7, sendo do sexo masculino e, segundo o Atlas da Violência 2018, 76,2% dos mortos por intervenção policial são negros.

O Rio, no entanto, tem todos os recursos para sair da crise. É a segunda



maior economia do Brasil (11% do PIB nacional em 2015, com R\$ 659 bilhões de PIB). Se o ERJ fosse um país, seria a 7ª maior economia da América Latina, logo depois do Chile, 53ª do mundo.

O Rio possui uma ampla infraestrutura educacional (são 11 mil escolas de educação básica com 3,7 milhões de matrículas e 137 instituições de ensino superior com 671 mil universitários) e cultural (a segunda maior oferta de cinema do Brasil, a maior oferta de música, segunda maior oferta de teatros, Estado com maior número de escolas de dança, de artes plásticas, maior número de bens tombados do Brasil, segundo maior número de livrarias, etc), além de uma importante indústria petroquímica, naval, metalúrgica, metal-mecânica e automobilística.

É a terceira maior população e a segunda mais escolarizada do Brasil. O ERJ é sede de grandes empresas nacionais (Petrobrás, Eletrobrás, CVRD, etc) e possui uma rede de excelência na área da pesquisa (UFRJ, UFF, UFRRJ, Unirio, Uerj, Uenf, Fiocruz, Coppe, Coppead, FGV, CBPF, PUC-Rio, Cenes, etc). O Rio é o “lar” de 346 startups (8% do total das startups do Brasil), logo atrás de Minas Gerais.

Nesta perspectiva, de um Estado Federativo com importância histórica de capital, apresentamos aqui uma plataforma política governamental que promova a retomada do desenvolvimento sócio econômico com impacto positivo na qualidade de vida da sociedade fluminense.



DIRETRIZES, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E PROPOSTAS DE AÇÕES

1. EDUCAÇÃO - INVESTIMENTO PARA O FUTURO

- 1.1- EDUCAÇÃO BÁSICA, ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO DE JOVENS-ADULTOS
- 1.2- EDUCAÇÃO SUPERIOR
- 1.3- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA E AGROTÉCNICA
- 1.4- CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
- 1.5 -GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

2. SEGURANÇA PÚBLICA - PROTEGER COM INTELIGÊNCIA

- 2.1-INTEGRAÇÃO E COORDENAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA
- 2.2-INTELIGÊNCIA E TECNOLOGIA NO ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE
- 2.3-GESTÃO ESTRATÉGICA E POTENCIALIZAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA
- 2.4-PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E PROTEÇÃO AO CIDADÃO
- 2.5-REFORÇO DO POLICIAMENTO NO INTERIOR
- 2.6-FORTALECIMENTO DA GESTÃO PENITENCIÁRIA

3. SAÚDE COM QUALIDADE PARA TODOS

- 3.1-METAS SANITÁRIAS
- 3.2-INFRAESTRUTURA
- 3.3-ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS

4. FAZENDA E PLANEJAMENTO - FAZER MAIS COM MENOS

- 4.1-METAS SANITÁRIAS
- 4.2-INFRAESTRUTURA
- 4.3-ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS

5. GOVERNANÇA COM TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

- 5.1-REVISÃO DAS RECEITAS ESTADUAIS
- 5.2-FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE ARRECADAÇÃO
- 5.3-FORTALECIMENTO DO PROGRAMA BARREIRA FISCAL
- 5.4-INTEGRAR E ALINHAR A ESFERA FINANCEIRA COM A ORÇAMENTÁRIA
- 5.5-APERFEIÇOAMENTO DOS MECANISMOS DE MONITORAMENTO E



TRANSPARÊNCIA DOS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS

5.6-GESTÃO DA DÍVIDA

5.7-PLANEJAMENTO FINANCEIRO

5.8-DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS FUNDOS ESTADUAIS

5.9-TRANSPARÊNCIA E AMPLIAÇÃO DAS OUVIDORIAS

5.10-COMBATE À CORRUPÇÃO, DESPERDÍCIOS E REGALIAS

5.11-GESTÃO DE COMPRAS

5.12-DESBUROCRATIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

5.13-CAPITALIZAÇÃO DO FUNDO E GESTÃO DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA

5.14-PRIORIZAÇÃO E ISONOMIA NO PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

5.15-VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES DE CARREIRA

5.16-REPOSIÇÃO DE SERVIDORES, CONCURSOS PÚBLICOS E PLANO DE CARREIRA

6. CULTURA - AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADE E CIDADANIA

7. CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

7.1-TRABALHO, EMPREGO E RENDA

7.2- AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

7.3- INDÚSTRIA

7.4-COMÉRCIO E SERVIÇOS

7.5- TURISMO

8. TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

8.1-TRANSPORTE

8.2-MOBILIDADE URBANA

9. MORADIA DIGNA

10. COMBATER A DESIGUALDADE E GARANTIR DIREITOS

10.1-REDE DE SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS

10.2-POLÍTICA PÚBLICA PARA PESSOA IDOSA



- 10.3-POLÍTICA PÚBLICA PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE
- 10.4-POLÍTICA PÚBLICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
- 10.5-POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHER
- 10.6-POLÍTICA PÚBLICA DE IGUALDADE RACIAL
- 10.7-INCLUSÃO PRODUTIVA E SEGURANÇA ALIMENTAR

11. ESPORTE E LAZER

12. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



1

Educação Investimento para o Futuro

“Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra.”

(Anísio Teixeira)

(Anísio Teixeira)

Para falar politicamente sobre os rumos pretendidos em educação, antes de tudo, é preciso definir os preceitos básicos do agir político em educação desta candidatura, bem como, a grande expectativa que se estima desta, tanto do ponto de vista da própria educação pública, quanto da sua transversalidade e papel fundamental para o desenvolvimento social, econômico e sustentável.



O verdadeiro papel da ação política deve estar pautado no poder de agir, no agir consciente e sensível sobre os aspectos brutais que agem em reflexo das mazelas da desigualdade socioeconômica do nosso País e do nosso Estado, espalhados em todos os nossos municípios. Ao longo dos últimos anos no Rio de Janeiro, vimos um triste processo de abandono e sucateamento do ensino público na educação básica, marcado por privatizações, políticas meritocráticas que inversamente intensificam a desvalorização coletiva dos profissionais da educação, métodos equivocados de avaliação da qualidade de ensino público pautados em índices quantitativos ilusórios, fechamento de escolas e nenhuma preocupação com os alarmantes índices de evasão escolar na educação básica, que em 8 anos assistiu uma queda de 46% das matrículas, fato que, sem sombra de dúvida, corrobora com o alargamento do abismo das desigualdades.

No processo de investimento nas escolas técnicas, centros técnicos de educação profissional e centros de vocação tecnológicos presenciaram uma desajeitada política de expansão mal planejada, direcionada por uma bússola de interesses não vocacionais, que culminaram no colapso das Escolas Técnicas (ETEs), Centros de Tecnologia e de Educação Profissional (CETEPs), Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), Escolas de Artes Técnicas (EATs), Faculdades de Educação Tecnológica do Estado do Rio (FAETERJs) e Centros de Referência em Formação de Profissionais da Educação (ISERJ e ISEPAM), comprometendo por um longo período, a sua tão reconhecida qualidade da FAETEC.

Não diferente, foi a situação das Universidades Estaduais, jogadas no furacão da crise, sendo abandonadas, sucateadas, e revelando que as últimas gestões de governo, muito equivocadamente, não demonstraram nenhuma importância para a inovação, a ciência, ao conhecimento e a tecnologia. A crise



financeira que assolou o Estado do Rio de Janeiro, deflagrada no início de 2015 foi um marco de impacto negativo nas atividades e imagem das Instituições de Ensino Superior. A paralisação e descontinuidade das atividades educacionais ocasionou um grave prejuízo direto aos mais de 150.000 alunos da rede pública de ensino bem como as atividades econômicas e sociais envolvidas dentro e no entorno das universidades. As descritas medidas de austeridade do governo incluíram a extinção de programas sociais, redução de secretarias e, principalmente, o corte profundo no repasse de verbas as instituições de ensino e pesquisa vinculadas. Neste panorama, além da descontinuidade das atividades de pesquisa laboratoriais e de campo executadas pelas universidades, a falta de isonomia no pagamento de servidores docentes, técnicos e a bolsa de estudo de alunos (graduação e pós-graduação) e, a ausência completa de pagamento das atividades de custeio (segurança, manutenção dentre outros) determinou a total impossibilidade da execução plena das ações universitárias de ensino, pesquisa, extensão e assistência à sociedade como um todo, assim como a imagem de excelência destas instituições. O resultado desta fase das universidades pode ser representado por uma dramática ausência de produção científica, desmotivação e descrença na instituição pública por seus servidores, baixa de credibilidade das instituições (revelada pela baixa procura nas inscrições nos vestibulares), transtorno na distribuição de vagas a novos vestibulandos, interrupção na expectativa de vários alunos de formatura no tempo previsto.

Em efeitos práticos, a falta de investimentos financeiros, humanos e políticos devidos à educação, que causa sua precarização, falta de oferta justa de vagas (quase sempre maquiada em quantidade de procura e quantidade de matrículas oferecidas, para justificar a não criação de novas escolas, e pior, justificar fechamentos escolares), a alarmante evasão escolar ainda estagnada, só que agora em níveis e etapas distintas, o esfacelamento áreas de



desenvolvimento tecnológicos e científicos, que em consequência esvaziam a perspectiva social sobre oportunidades concretas do mundo contemporâneo, causam reflexos abaladores na sociedade como um todo, afetando todas às esferas da vida social. Daí se verifica colapsos na saúde, seja por falta de profissionais, seja pelo pouco poder autônomo da sociedade em conhecimentos preventivos.

O mesmo ocorre na relação educação x segurança, onde vemos jovens cada vez mais jovens, fadados a uma realidade social, onde vê no crime maior possibilidade de condições para sua sobrevivência do que na interação cidadã ativa, responsável e positivamente participativa em sociedade. O resultado disto, é um altíssimo índice de jovens pobres de periferia, de maioria negros mortos por ano no Rio de Janeiro. Altíssimo número de policiais mortos em serviço. Altíssimos índices de criminalidade e atentados contra o patrimônio e a vida das pessoas, em virtude de uma guerra que só pode ser vencida com uma mudança nas bases estruturais da sociedade. Dar maior oportunidade as pessoas é o combustível necessário para vencer reflexos sociais de uma sociedade desigual, que por conta disto, reproduz o atraso e a estagnação. Buscar solução na segurança pela educação, é o mesmo que afirmar: Nem mais uma vida a menos! (E lutar com unhas e dentes por esta sentença). É dever do Estado garantir às pessoas que uma vida digna é possível. Não podemos perder os jovens para a lógica do crime e do tráfico.

Essa situação tem como efeito, a interrupção da dignidade humana de direitos básicos à grande parcela do nosso povo. É preciso de luta, coragem, e, fundamentalmente, de união para que possamos mudar essa página da história!

E já que queremos mudança, por uma igualdade maior de direitos concretos e materialmente possíveis, por onde devemos começar? Antes de



mais nada, é preciso esclarecer que esta candidatura entende que uma “ação política do agir” não se resume a uma única ação, mas sim, na síntese de ações integradas, funcionando sincronicamente, como engrenagens de uma mesma máquina, cujo funcionamento só se torna possível pelo papel mútuo de todas as suas peças, sendo todas elas fundamentais para o êxito uma da outra. Mas, não obstante, dentre as engrenagens desta máquina chamada “Sociedade”, poderíamos destacar aquela que marcaria o ritmo de todas as outras? Uma que pudesse ser multifacetada, transversal e crítica suficiente para acampar, com a razoabilidade humana necessária para amparar à importância fundamental de todas as outras? Cremos que esta ação deva ser dedicada à Educação.

A educação pública que queremos é um modelo potencializador das capacidades criativas, participativas, críticas e transformadoras do cidadão, que possibilite a sua superação social, econômica e humana. Para isso é preciso garantir maior investimentos na pasta, maior autonomia pedagógica aos professores, autonomia da gestão escolar, através de eleições diretas de diretores com participação de toda a comunidade escolar, valorização dos profissionais em todos os níveis, combate à evasão escolar, sobretudo nas transições de ciclos e integração com os municípios visando otimizar a plenitude da formação da educação básica com qualidade.

A política do nosso governo terá como prioridade a consolidação da educação pública de qualidade em todos os seus níveis, assegurando a infraestrutura necessária e valorizando seus profissionais. Nesse contexto o desafio consiste em garantir tanto o acesso quanto assegurar a permanência no ensino, promovendo a oportunidade de aprendizagem ao longo da vida.

1.1- *EDUCAÇÃO BÁSICA, ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS*



Compromissos:

1. Ter como prioridade na política de governo, investimentos para a pasta da educação pública, destinando percentual necessário a ser analisado tecnicamente, e não apenas o mínimo constitucional;
2. Iniciar um projeto gradual de integralização da Educação Básica, e buscar apoio financeiro do Governo Federal, já que se trata de uma das metas do Plano Nacional de Educação;
3. O projeto de educação em tempo integral no ensino médio que aqui se pretende, envolve a inclusão da qualificação profissional, técnica, mas também humana, cultural, artística, científica e desportiva, resultando em uma ampliação da potencialidade da escola, e da escolha do aluno, como protagonista das suas escolhas e decisões autônomas.;
4. Trabalhar projetos de democratização das condições de acesso à igualdade de oportunidades através da Educação, motor fundamental para colocar as pessoas em posição de igualdade social e econômica, buscando elaborar e executar programas e políticas que auxiliem no enfrentamento da desigualdade social através da escola, enquanto um espaço público de grande proporção de alcance social;
5. Promover a redução dos níveis de evasão escolar da educação básica (evasão estimada em 46% em todo o Estado, se comparado às turmas do 5º ano do ensino fundamental em 2010, em progressão anual até o último censo/2017 com turmas do 3º ano do ensino médio);



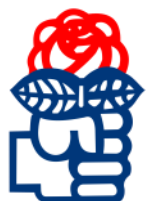
6. Ampliar e Investir na Educação Inclusiva para Jovens e Adultos e na Educação Especial, no entendimento de que a qualidade de ensino deve ser igualitária, observando e compreendendo as diferenças sociais existentes em nossa sociedade;
7. Garantir a inclusão na Educação Especial, no entendimento de que a qualidade e a oferta do ensino público devam ser plenas e possíveis para todos. Neste projeto, faz-se necessário a qualificação dos professores e funcionários com uma capacitação e formação continuada no serviço, salas de recursos multifuncionais;
8. Aplicação de políticas de valorização profissional dos servidores da Educação como um todo. Todo profissional tem seu mérito, sem distinção. Valorizar o profissional da educação é dar-lhe vida digna e condizente com sua responsabilidade e importância na sociedade. Necessário a aplicação de valorização salarial, e respeito ao plano de carreira dos profissionais da educação;
9. Garantir a autonomia da gestão escolar, através de eleições diretas de diretores com participação de toda a comunidade escolar;
10. Garantir autonomia pedagógica aos professores, de modo integrado com as vocações locais do entorno social da escola, e, conseqüentemente, com o Projeto Político Pedagógico definido na escola pelos próprios professores, coordenadores pedagógicos e direção escolar;
11. Gerar maior oportunidade aos adolescentes e jovens do Ensino Médio, de consultar na prática suas verdadeiras vocações, através de bolsas nas esferas estaduais, com o Programa Jovem Aprendiz, promovendo parcerias com outros Entes Federativos e com a Esfera Privada, para que este projeto possa se



potencializar e alcançar jovens do ensino médio público em todo o território Estadual;

Ações:

1. Criação do modelo “Escola Viva”, visando a valorização da educação pública em todos os seus níveis, investindo em infraestrutura, manutenção física, modernização de salas temáticas, científicas e tecnológicas, materiais pedagógicos, infraestrutura de atividades esportivas e culturais e os demais espaços vinculados à escola, aos centros de formação e as universidades;
2. Projeto “espaço criativo”. A Escola Viva deste governo dará ênfase a oportunidade de descobertas vocacionais na arte, cultura, profissional e desportiva. Para isto, as escolas terão investimento nas disciplinas artísticas, culturais, desportivas, profissionalizantes e tecnológicas, sendo fundamental a realização de concursos e o estabelecimento de quadros efetivos, no entendimento de que se tratarão de funções regulares e fundamentais para o desenvolvimento social, a partir das escolas;
3. Criar o Sistema Único Estadual de Educação do Rio de Janeiro, e fomentar a adesão de todos os municípios para maior integração do desenvolvimento da educação básica (obter maior controle e maneiras de direcionar os alunos das redes municipais para as estaduais, com mecanismos interinstitucionais entre os entes federativos, para dissipar as ausências de oportunidades em vagas, em deslocamento do aluno para áreas distantes de sua residência e acompanhar integradamente o atraso educacional de anos anteriores);
4. Realizar levantamento detalhado para identificar o déficit existente atualmente em recursos humanos, promovendo concursos, com ênfase para os cargos de



professores, cujo papel é o da atividade fim, cuja necessidade é angular para o funcionamento da educação;

5. Realizar, em colaboração com as universidades públicas estaduais, projetos de estudos e termômetros sociais sobre as camadas sociais que mais acessam a educação pública, comparando-as em seus níveis, da educação básica à superior, verificando índices de qualidade do ensino, fluxos de evasão, dificuldade de acesso, no intuito de reparar gradualmente disparidades no acesso, na oferta e na oportunidade de direitos de uma educação de qualidade e gratuita em todos os seus graus de formação;
6. Extinguir a atual política de governo de gratificação por mérito, que inversamente age na desvalorização coletiva dos profissionais da educação.

1.2- *EDUCAÇÃO SUPERIOR*

Compromissos:

1. Valorizar nossas Universidades Públicas, com investimentos, e trazendo para esfera do Governo sua maior participação, através de estudos, pesquisas e constatações científicas e tecnológicas que possam orientar políticas públicas;
2. Garantir o repasse do duodécimo das universidades estaduais;
3. Valorização profissional e progressão de carreira.

Ações:



1. Criação e ampliação de cursos de graduação nas unidades públicas estaduais de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro;
2. Aumentar quantidade de oferta de vagas nas unidades públicas estaduais de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro.

1.3- *EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA E AGROTÉCNICA*

Compromissos:

1. Integrar a educação técnica e profissional às necessidades do mercado com a criação da Comissão Estadual de Ensino Técnico e Profissional, com participação das instituições de ensino e das associações empresariais, para discutir ações e programas de formação técnica que atendam às necessidades do mercado e do estado;
2. Aumentar investimentos na ampliação dos cursos técnicos e profissionalizantes e implantar novos Centros de Vocação Tecnológica – CVTs, de maneira transparente, pautada em critérios indicativos sobre ofertas, demandas, necessidades regionais, através de estudos e indicadores promovidos pela FAETEC, através de Conselho Deliberativo;
3. Criar o “Sistema Integrado de Currículos do Estudante do Rio de Janeiro - SICERJ”, através de banco de dados de alunos matriculados no EJA, no Ensino Técnico, Profissionalizante e Universitário, buscando adesão ao sistema das unidades educacionais em todo território estadual, dos entes municipais, estaduais, Federais e empresas privadas, através de parcerias com diversos



setores da economia, desenvolver mecanismos facilitadores para inserção do jovem ao primeiro emprego, ou ao estágio na sua área de estudo.

1.4- CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

1. Investir em tecnologia e buscar parcerias público/privadas que possibilitem a implantação de polos tecnológicos em áreas com identidade potencial para sua implantação;
2. Recuperação da FAPERJ, investindo em ciência, tecnologia e reestruturando os laboratórios de pesquisa no estado;
3. Criar parques tecnológicos através de estudos de viabilidade e desenvolvimento econômico;
4. Assumir compromisso com a elaboração participativa do **Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação**, para orientar as ações do governo estadual para políticas estruturantes dessas áreas, integrando as universidades, institutos de pesquisa e representantes de empresas de tecnologia;
5. Criação, no âmbito da Lei Estadual de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Programa Plataforma Rio de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a adesão das instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa, de empresas desenvolvedoras e compradoras de tecnologia, o governo estadual através da Faperj e os governos municipais que possuem programas estruturados de desenvolvimento de C, T & I. O objetivo do programa é apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias através da criação de polos tecnológicos, através das compras governamentais de tecnologia através de editais e da aplicação das tecnologias às empresas industriais e do setor de serviços no

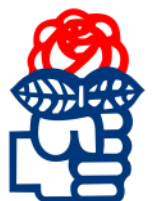


intuito de implantar no Estado uma economia do conhecimento;

6. Financiar e fomentar de forma adequada as fundações, institutos de pesquisa e instituições de ensino técnico e superior pesquisas com temas prioritários e de impacto no desenvolvimento sócio-econômico do estado do Rio de Janeiro como doenças crônicas, saúde materno-infantil, medicamentos imunobiológicos e terapias celulares, neurotecnologias, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, biodiversidade, agricultura, pecuária e aquicultura, desastres naturais dentre outros assuntos, que possam balizar as políticas públicas.

1.5- *GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO*

1. Ampliar e reforçar o papel do Conselho Estadual de Educação;
2. Criar, através da FAPERJ um programa de Estudos e Pesquisas Educacionais com o apoio das universidades públicas e privadas do ERJ para formular políticas de Estado voltado para o desenvolvimento das ações nas áreas da educação pública, visando melhoria da sua qualidade e acesso;
3. Implantar o Projeto Escola Cidadã, que passará a ser o polo de exercício da cidadania do Estado, com ações de saúde, cultura, lazer, qualificação, conscientização ambiental abertas à comunidade, inclusive nos finais de semana.



2

Segurança Pública Proteger com inteligência

A Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro possui papel central, tanto para a população que diariamente é vítima da criminalidade, como para o Governo do Estado, que aumentou significativamente a participação desta função em seu orçamento, duplicando o gasto nos últimos dez anos, sem produzir os resultados esperados. Sem segurança pública, nenhuma política resiste ou atinge seus objetivos, sendo condição básica para criação de um ambiente saudável ao desenvolvimento social-econômico e para o bem-estar da sociedade.

O nosso governo terá compromisso prioritário com a Segurança Pública, agindo no enfrentamento da criminalidade, quando necessário, com foco na inteligência, integração e gestão, de maneira a atingir as raízes das mazelas que afligem o cidadão fluminense, em uma estreita relação com Educação, Esporte, Cultura e Geração de Renda.

É preciso atuar com mais inteligência e menos violência no combate a criminalidade. Somente 0,03% do orçamento da segurança pública no ano de 2017 foi aplicado na área de inteligência e tecnologia da informação.



A política de constante enfrentamento, além de ter se demonstrado ineficiente, vem causando diversas vítimas e promovido um banho de sangue, transformando nosso Estado num verdadeiro campo de batalha. A taxa de 40 homicídios para cada 100mil habitantes, o triplo do máximo considerado aceitável pelas Organizações das Nações Unidas – ONU, ratifica a guerra civil que a população do Estado é refém.

O governo precisa aplicar as mais modernas ferramentas disponíveis em favor da população do Estado, assim como aperfeiçoar a integração de todas as suas forças de segurança com os municípios e União, facilitando a ampla participação da sociedade civil, a fim de unir esforços para alcançar os melhores resultados na execução das políticas de segurança pública.

A atuação do governo deve priorizar o desmantelamento das organizações criminosas, cerne do crime e fonte dos absurdos índices de criminalidade que assolam a população do Estado, principalmente nas regiões vitimadas pelo vácuo de poder deixado pela fragmentação das políticas de segurança praticada nos últimos anos pelo Governo do Estado.

Ademais, não se pode perder de vista que somente com a transformação de uma realidade de exclusão e desigualdade social, visivelmente presentes em nossa sociedade, ocorrerão os resultados esperados na segurança pública, trazendo mais paz à população e gerando um ambiente propício para o desenvolvimento econômico do Estado.



2.1 - INTEGRAÇÃO E COORDENAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

A fragmentação das políticas de segurança, através de ações descoordenadas, isoladas e desprovidas de inteligência, vem causando enorme desperdício de recursos humanos e materiais à administração estadual.

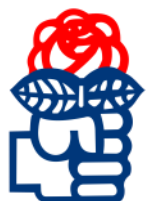
A implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) gerou, num breve momento, um falso resultado satisfatório, expôs sua fragilidade e até reflexos na expansão e reorganização das organizações criminosas pelo estado, com relato de diversos casos de envolvimento de policiais com traficantes, dentre outras falhas apresentadas no programa.

A grave crise na gestão da segurança pública vem ceifando milhares de vidas anualmente no estado, culminando na decretação de uma intervenção federal nessa área, com término previsto para 31 de dezembro de 2018.

A ação policial deve estar pautada num minucioso e estratégico planejamento, assim como munida das mais modernas ferramentas de inteligência e tecnologia da informação que permitam integrar, de forma harmônica, os diversos níveis de decisão, com foco nas ações de prevenção.

Além disso, a execução da política de segurança deve agregar constantemente um alto poder de correção de suas fragilidades, de modo a aperfeiçoar suas ações e evitar a perda de rendimento.

A atuação equilibrada e alinhada gera uma coordenação em perfeita sintonia e diálogo entre as autoridades da segurança pública, policiais e sociedade civil, sendo primordial para a retomada do controle por parte do Estado.



O desequilíbrio na condução desta área causa uma sobrecarga no trabalho do policial, levando a centenas de baixas, licenças médicas e mortes e ferimentos. Afastamentos decorrentes de transtornos psicológicos aumentaram 61% em 2017, comparado com o ano de 2015, contabilizando 8.277.

Estima-se que até dois milhões de pessoas estejam sob influência das milícias, em regiões dominadas pela ausência do estado, enquanto há regiões com melhores índices per capita de policiais, por habitante, mas com reduzidos índices de criminalidade.

- Centralização do Comando da Segurança Pública

O estreitamento na relação entre as polícias militar, civil e administração penitenciária, assim como a valorização dessas pastas, equiparando-as no status de secretarias e unificando o comando, com participação direta do governador, será fundamental à integração das forças policiais, à otimização de recursos e à centralização das políticas de segurança pública, favorecendo ainda a intersectorialidade com as demais funções de governo.

A Secretaria de Segurança Pública, com todo seu aparato burocrático e centenas de cargos comissionados e muitos gastos dispensáveis, não tem gerado os resultados esperados na integração e comando das forças de segurança, onerando o orçamento com recursos que poderiam ser aplicados diretamente à tropa, sobretudo na promoção de ferramentas de inteligência e valorização dos efetivos.

Neste cenário é fundamental ressaltar a proximidade com o sistema sócio-educativo, através do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), e a esfera da educação, num contexto de harmonia com as demais pastas e



integração com o Governo Federal, Prefeituras e Poder Judiciário, para o alinhamento das forças de segurança pública no estado em todos os níveis de ação.

É preciso ainda que o Centro Integrado de Comando e Controle da Polícia, equipamento qualificado para fomento da inteligência e integração da segurança pública, assuma, de fato, seu papel na produção dos objetivos esperados, de modo que a ação policial seja mais precisa e ágil, antecipando-se às ações criminosas e minimizando riscos à sociedade. Essa unidade central de controle permitirá a formulação de um ambiente de integração e sinergia, essencial para o alinhamento e eficácia das políticas de segurança pública.

O aperfeiçoamento no compartilhamento das bases de dados e aumento no investimento em inteligência e capacitação do efetivo são medidas que contribuem na redução dos índices de criminalidade, como o roubo de veículos, que bateu recorde em março de 2018, com 5.358 registros.

Na capital, por exemplo, é vital melhorar o alinhamento com o Centro de Operações da Prefeitura, na questão da segurança das vias municipais, mas também no deslocamento do crime, como no caso do roubo de carga, índice que embora tenha reduzido no Rio, após a intervenção federal, continua sendo altamente prejudicial ao desenvolvimento econômico do estado, sinalizando movimento migratório para outras regiões.

- Qualificação da Rede Integrada de Segurança

O avanço da tecnologia deve ser acompanhado e aplicado em favor da segurança pública, promovendo uma constante modernização das ferramentas de inteligência e controle para fortalecer a integração e a tecnologia da



informação. Neste sentido é preciso melhorar a relação com o Ministério da Justiça, via Secretaria Nacional de Segurança Pública, utilizando sua rede de instituições de apoio ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação na área de segurança pública.

A utilização de câmeras de monitoramento e drones são exemplos de boas práticas que merecem ser exploradas na identificação de criminosos e zonas de conflito pela gestão da segurança pública do estado, sobremaneira, considerando nossa realidade demográfica, principalmente na região metropolitana. É lamentável a perda do legado de monitoramento implementado durante a Olimpíada no Rio de Janeiro por falta de prioridade no investimento em tecnologia.

O investimento em tecnologia deve ser uma política central, a fim de revestir a atuação policial dos mais modernos mecanismos de inteligência, evitando o confronto e preservando vidas da população do Estado.

- Priorização e Promoção da Intersetorialidade

Não basta estabelecer compromissos no papel, e até por meio de leis, se não for cumprido na prática ou cumprido de forma descoordenada e irresponsável. A priorização da Segurança Pública no nosso governo será de fato aplicada.

A expansão da segurança pública, sem a devida cobertura financeira, causou o desmoronamento de diversas ações, inclusive na área social, agindo diretamente na perda do controle nesta área e a consequente decretação de intervenção federal, como já citado.



A falta de prioridade e gestão na Segurança Pública torna-se ainda mais visível nos alarmantes índices de criminalidade divulgados mensalmente pelo Instituto de Segurança Pública- (ISP), bem como na redução do efetivo em mais de 1.200 policiais militares por ano, por inúmeras razões, incluindo, dramaticamente, mais de 130 policiais mortos por ano, além de inúmeras baixas por danos físicos e psicológicos.

Todos os órgãos e entes precisam conversar e integrar-se com a segurança pública de forma cotidiana. Tal sinergia é basilar no alinhamento com as demais políticas, permitindo gerar condições para que o profissional tenha toda a estrutura para exercer dignamente seu trabalho.

É necessário romper com o isolamento e a visão de que o policial sozinho resolverá questões que se cristalizaram durante décadas na nossa sociedade. Somente promovendo um movimento recíproco de cooperação e integração será possível a realização de serviços públicos de qualidade que promovam verdadeiramente o desenvolvimento social esperado.

2.2 – INTELIGÊNCIA E TECNOLOGIA NO ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE

A mudança dos paradigmas de reação e enfrentamento para prevenção dos crimes somente será possível com a utilização das mais modernas ferramentas de inteligência e tecnologia da informação, amplamente integradas e disseminadas.

É necessário aumentar o investimento nessa área para muito além dos 0,03% aplicados atualmente, como mencionado. A modernização de toda infraestrutura de segurança é fundamental para uma ação policial precisa e que



reflita na redução dos índices de criminalidade. Gastam-se mais de R\$ 8 bilhões anualmente em Segurança Pública, somente abaixo do gasto com a Previdência Social dos Servidores, não refletindo na sensação de segurança da população.

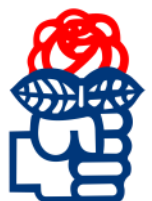
Receitas oriundas das taxas do DETRAN, podem ser canalizadas à inteligência em segurança pública com o enxugamento do aparato burocrático deste órgão, por meio da formulação de Convênios Intra-orçamentários. Além disso a expansão e o fortalecimento do Programa Barreira Fiscal também serão fundamentais na ação de inteligência, principalmente em relação ao tráfico de drogas, armas e contrabando que devido às frágeis barreiras de fiscalização acabam entrando no estado.

- Implementação e Modernização das Ferramentas de Inteligência;

Enquanto as organizações criminosas cada vez mais se valem da inteligência, adquirindo equipamentos e armas de última geração, incluindo captação de profissionais da área e até egressos das forças armadas, o Estado convive com o sucateamento de sua infraestrutura, expondo os policiais a um enfrentamento desigual e ineficaz da criminalidade.

Num momento de crise financeira e sem perspectivas de melhora em curto prazo, o aperfeiçoamento da gestão e a busca de parcerias deverão ser priorizadas na aplicação dos recursos na modernização das ferramentas de inteligência e na tecnologia da informação.

A lentidão e ineficiência da ação governamental vem provocando prejuízos. Somente em setembro deste ano o sistema de bloqueio de aparelhos celulares pela Anatel será modernizado, medida tardia diante de outro índice que bateu



recorde no início deste ano, quando 70 celulares foram roubados por dia, em média, no estado.

É necessário investir em tecnologia na esfera investigativa, como na utilização e expansão dos aplicativos, para facilitação e fortalecimento das atividades de investigação da Polícia Civil do Estado. O atendimento finalístico ao cidadão vitimado pela violência também precisa ser aperfeiçoado e humanizado, não obstante o excelente trabalho e esforço dos policiais civis.

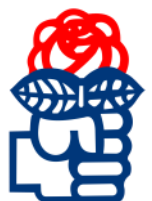
O acesso da população às delegacias e demais canais de comunicação de crimes e denúncias carece de ampla melhoria e modernização. São inúmeros casos de pessoas que desistem de realizar um registro de ocorrência, seja devido a falta de estrutura nas delegacias ou até mesmo devido a burocracia no atendimento pelo 190.

- Formação e especialização em inteligência dos agentes de segurança

A implementação de um amplo programa de capacitação, que envolva todos os profissionais da área de segurança, em consonância com os objetivos e metas traçadas por uma política de segurança pública integrada e coordenada, é essencial para o alcance de resultados.

Não basta somente investir no Regime Adicional de Serviço (RAS), dissociado de uma política de capacitação e valorização do policial, sob pena de aumentar o desgaste do efetivo e não produzir melhorias na Segurança Pública.

A evolução e disseminação das tecnologias e conhecimentos, combinado com o baixo investimento neste segmento por longo período, requer do governo um rápido poder de recuperação, valendo-se, sobretudo, da valorização e



experiência dos profissionais existentes, assim como no aprofundamento das parcerias. O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CEFAP) e a Academia Estadual de Polícia Sylvio Terra (ACADEPOL) precisam ser ferramentas mais utilizadas e melhoradas, transformando-os em centros constantes de aperfeiçoamento e valorização das carreiras.

A aquisição de novas tecnologias em inteligência e informação deverá ser acompanhada com a respectiva formação dos profissionais, a fim de que se possa obter os melhores resultados na aplicação prática da política de inteligência, sendo fundamental melhorar as parcerias com o Ministério da Justiça e entidades públicas e privadas de ciência e tecnologia.

- Aperfeiçoamento e difusão da Tecnologia da Informação

A expansão e modernização dos meios de comunicação na sociedade impôs ao gestor público um dever de manter-se obrigatoriamente atualizado, sob pena na esfera de segurança, de ser sucumbido pela ação criminosa.

Na guerra da informação, vence quem tiver as melhores soluções, providas dos mais modernos recursos de computação na produção, acesso, transmissão, armazenamento e segurança das informações.

A disponibilidade da informação é essencial para a formulação e execução de ações integradas de inteligência, de modo que todos os agentes participantes das ações tenham acesso as ferramentas e informações que promovam o alcance dos objetivos, reduzindo ou até eliminando qualquer dano à população.



A segurança pública do estado do Rio de Janeiro, a exemplo de outros estados, deve se estruturar neste segmento, criando mecanismos específicos que promovam o desenvolvimento em tecnologia da informação na articulação das ações de combate à criminalidade. A utilização de práticas que deram certo em outros estados e países deve ser amplamente implementadas.

2.3 – GESTÃO ESTRATÉGICA E POTENCIALIZAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

A expansão orçamentária na esfera da segurança pública não se traduziu em melhoria dos índices de criminalidade e nem na contenção da expansão da atividade criminosa no Estado. A ausência de políticas eficazes em outras esferas de governo, contribuíram também para essa crise. A falta de estratégia e critérios técnicos na condução da política de segurança foram determinantes na perda da capacidade operativa da polícia.

Somente com uma ação estratégica, que atinja os núcleos das organizações criminosas, enfraquecendo a fonte de renda dos grupos armados, como milícias e tráfico de drogas, ocorrerá a fragilização dessa estrutura e conseqüente perda do poder de ação do crime.

- Gestão de Recursos Humanos e Materiais com Inteligência

Não é só a crise financeira que afeta a segurança pública. Diariamente somos surpreendidos por episódios que demonstram a precariedade na gestão dos recursos humanos e materiais, como batalhões sem alimentação de qualidade, viaturas sucateadas e paradas por falta de combustível. É fundamental atacar as perdas anuais nos efetivos e os desperdícios de recursos materiais a fim de restringir os efeitos danosos que provocam na área.



A crise financeira não pode ser agravada pela falta de gestão na segurança pública, sobretudo no que se refere à aplicação das receitas dos Fundos, cujo poder tempestivo de pagamento permite melhores condições na contratação de bens e serviços.

A implantação de uma sólida gestão na segurança pública, combatendo desperdícios e estabelecendo modernas e eficazes práticas de integração do aparato policial com demais setores, viabiliza a promoção e o surgimento de recursos repesados ou mal aplicados, resultando em ganho de capacidade operativa e fortalecimento das ações estratégicas e de inteligência, que contribuirão diretamente no alcance dos objetivos.

- Estruturar mecanismos de prevenção e investigação dos crimes

A política pública só será eficaz com inteligência e transversalidade. É fundamental a implementação de mecanismos de prevenção que aproximem o poder público das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) indicam que 65% dos presos no Estado do Rio não tem, sequer, o ensino fundamental completo.

Para tanto é necessário estruturar os mecanismos de prevenção e fomentar os serviços de inteligência da Polícia Civil, proporcionando meios para que a ação policial antecipe-se a realização do delito e aproxime políticas que previnam à criminalidade e gerem desenvolvimento e oportunidade àquela região.

Da mesma forma, no registro da ocorrência do delito, o poder público deve atuar para que tal prática não se perpetue, agindo para além da prisão do



suspeito, numa espiral de recomposição do entorno e dinamismo na retomada do ambiente de segurança atingido.

A prática de um crime é sempre precedida de uma sucessão de prévios eventos que o levaram a ocorrer. A aplicação de mecanismos que aumentem o poder de investigação e a inteligência necessária para o trabalho do policial civil, permitirá ao Estado, a partir do resultado danoso ocorrido, obter e gerar informações estratégicas fundamentais para o norteamo da ação policial ou direcionar o poder público à correção das falhas que contribuíram na consumação do delito.

Somente com a transversalidade entre a política de segurança pública e demais áreas, e com a participação de todas as esferas de governo, poderá haver uma interrupção nas causas que atuam na perpetuação do crime.

2.4 - PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E PROTEÇÃO AO CIDADÃO

As políticas de segurança pública necessitam alargar seu campo de ação de modo a agregar elementos do contexto social e econômico que envolve cada região, sobretudo quando na realização de determinada operação policial.

No primeiro semestre de 2018, sob intervenção federal, somente cinco dos 39 batalhões bateram a meta na redução dos índices de letalidade violenta. Foram 766 pessoas mortas pela polícia, 32% acima do mesmo período do ano anterior.

É preciso avançar na implantação dos núcleos de mediação e justiça comunitários, em conjunto com demais poderes e com o Governo Federal e municípios, na resolução de conflitos que, muitas vezes, podem evitar delitos.



Diariamente vemos que o mero uso da força policial é causa preponderante na vitimização da população, assim como dos próprios policiais. São centenas de vítimas de ações descoordenadas e desprovidas de inteligência que, por vezes, extrapolam ao controle da ação policial, quando não são motivadas por reações à margem da legalidade, equiparando o estado às atividades criminosas, como milícias.

Enquanto não forem incorporados à segurança pública os elementos que promovam uma justiça social e defesa do cidadão, novas vítimas surgirão dessas desastrosas operações, que não refletem, objetivamente, em melhoria da qualidade de vida da população daquela região, quando não agravam a situação delas.

- Atuação policial pautada na legalidade

De modo geral, nossos policiais são heróis que enfrentam e convivem diária e diretamente com os reflexos da precariedade da ação governamental. Eles de fato são a fronteira entre o estado e uma sociedade vítima da má gestão e do descaso do poder público, embora o cidadão é submetido a uma enorme carga tributária.

O aperfeiçoamento da gestão na segurança pública, com ênfase na inteligência e tecnologia, permitirá a reaproximação do policial ao estado, de modo a fortalecê-lo com a guarida necessária para que sua atuação esteja amparada pelas leis, protegendo-o e, conseqüentemente, sendo um importante agente transformador ao desenvolvimento da sociedade.



Neste contexto, todavia, é fundamental o fortalecimento das Corregedorias para punir e evitar que maus policiais contaminem as corporações e fragilizem as ações de segurança pública. A criação de uma corregedoria externa, com total isenção e autonomia para fiscalizar a atuação das internas, será de fundamental valia para evitar qualquer espécie de desvio.

- Proteção e Defesa do Cidadão

É necessário que as ações das polícias estaduais estejam fortemente pautadas na defesa do cidadão. É inaceitável que ainda ocorram operações que resultem em moradores e estudantes feridos ou mortos.

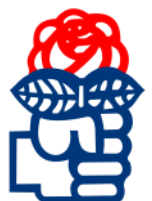
Da mesma forma, o policiamento ostensivo deve ser utilizado com inteligência à defesa do cidadão, evitando que eventos criminosos previsíveis atinjam a população ou interfiram na qualidade de vida de determinada região.

A capacitação dos policiais em políticas de direitos humanos deve ser permanente, assim como o atendimento às famílias vítimas de ações policiais. Neste contexto, não se pode ainda deixar de atender as famílias dos policiais vítimas da violência, dentro ou fora de serviço.

- Proximidade e integração do Policial com a Comunidade

O isolamento do policial tem causado enormes perdas à gestão da segurança pública e a qualidade do serviço prestado à população, além de expô-lo a constante risco.

O recente histórico com as Unidades de Polícia Pacificadoras, demonstrou que o simples deslocamento das forças de segurança, sem a guarda



necessária, além de não causar os efeitos esperados, foi altamente prejudicial para o estado, impactando no crescimento e expansão da criminalidade.

É necessário implementar, com inteligência e sustentabilidade, um policiamento que aproxime o policial da comunidade, amparando-o, apoiando-o e protegendo-o, juntamente com todo o poder público, para que ele tenha condições de desempenhar um papel de aproximação da população e passe a integrar um contexto de política social de segurança.

Neste sentido, projetos que estimulem parcerias entre a sociedade civil e o poder público, como o Segurança Presente, tem demonstrado excelentes resultados e devem ser aplicados e expandidos pelo estado, aperfeiçoando-o e adaptando-o às diversas regiões.

2.5- REFORÇO DO POLICIAMENTO NO INTERIOR

Lamentavelmente, a violência e o crime organizado se espalharam por todo o estado. A população de cidades que antes poderiam se orgulhar pela segurança e tranquilidade, já não podem mais ostentar esses títulos. Municípios da Região Metropolitana foram gravemente atingidos pelos reflexos de políticas fragmentadas, irradiando consequências na expansão e articulação das organizações criminosas.

Urge, portanto, a adoção de políticas estratégicas que fortaleçam a segurança pública no interior e evitem causar novos danos à já combalida capacidade de operação das polícias do interior e cidades da região metropolitana próximas ao eixo da capital.

Dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) demonstram o crescimento da violência nas cidades do interior nos últimos 10



anos, levando o interior a “pagar a conta” pela centralização e fragmentação das políticas de segurança pública. Recentemente, o município de Queimados na Baixada Fluminense foi “eleito” o mais violento do país, seguido pelo município de Japeri, com taxas de homicídio de 134,9 e 95,5 mortes a cada 100 mil habitantes. Índices dez vezes superiores ao máximo estabelecido pelas Organizações das Nações Unidas.

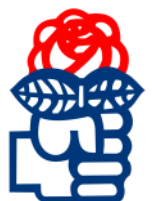
- Monitoramento da Migração do Crime

A instauração da intervenção federal na área de segurança pública reacendeu o temor com a migração da criminalidade, fato esse já sentido na implantação das UPPs.

De fato, números recentes demonstram o crescimento de alguns índices de criminalidade em regiões do estado, em detrimento da redução na capital, como é o caso do roubo de cargas que sofreu aumento de 133% na cidade de Cabo Frio, comparando o primeiro quadrimestre de 2018 com o de 2017, e 40% no roubo a comércio, registrado no mesmo período no município de São Pedro D’Aldeia.

Embora a enorme capacidade de formulação de informações gerada pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), é preciso aperfeiçoar sua integração com os demais setores de tomada de decisão na gestão da política de segurança do estado, para um ágil monitoramento da criminalidade e céleres medidas que evitem a migração do crime e novas ramificações.

O monitoramento da criminalidade e até o estabelecimento de metas de redução dos índices de criminalidade, quando descolados de uma gestão



integrada e com inteligência, não produz efeitos satisfatórios à população das cidades do interior do Estado.

O aperfeiçoamento dos instrumentos de identificação tempestiva da movimentação da “mancha do crime” é um importante mecanismo de antecipação das políticas de segurança voltadas para o interior, sobretudo valendo-se da integração com os agentes de segurança municipais e policiais federais.

- Mobilização e reestruturação no policiamento do interior

Conforme mencionado, as políticas fragmentadas de segurança pública provocam constantes migrações da criminalidade. A intervenção federal na área de segurança revela-se mais um desses fenômenos.

A implementação constante de uma política de inteligência que monitore e mobilize as forças de segurança para que outras regiões do Estado não absorvam a criminalidade é fundamental.

Municípios como Angra dos Reis e Cabo Frio, que tiveram uma explosão na criminalidade, são outros exemplos de como uma ação desprovida de inteligência leva, simplesmente, à movimentação do crime, não sua solução.

Por força de seguidas políticas neste sentido, urge um reforço no policiamento do interior e das cidades que compõem o eixo metropolitano, além da capital.



A política de segurança pública deve ser alinhada e integrada em todo o Estado, particionando os recursos e ferramentas com critérios técnicos para que ocorra um equilíbrio, sem ingerência política.

- Controle Especializado do Crime em Pólos Econômicos

A pobreza e a falta de oportunidades são causas basilares para o surgimento das atividades criminosas na sociedade. Neste sentido, a segurança pública carece de melhores ações que permitam o desenvolvimento econômico e regional de todo o Estado.

Não se pode mais admitir que indústrias e comércios fechem suas portas ou transfiram-se para outros estados por falta de investimentos na atuação especializada da segurança em pólos econômicos e turísticos. Estudos da Firjan demonstram que o estado perdeu 92 mil postos de trabalho no ano de 2017, apresentando o pior desempenho dentre todos os estados, atribuindo problemas em áreas essenciais como saúde e segurança como causas motivadoras. Dados de 2017 da Confederação Nacional do Comércio indicam perda de 29% nas receitas do turismo, vocação por excelência no Estado, decorrente dos reflexos da criminalidade.

2.6-FORTALECIMENTO DA GESTÃO PENITENCIÁRIA

É notório que a prisão de criminosos, principalmente das lideranças de facções e grupos armados, não interrompem as ligações do crime. Ao contrário, quando o estado não age com inteligência, acaba por promover seu alinhamento e fortalecimento. As unidades prisionais não podem mais ser “escritórios” do crime.



Da mesma forma, é preciso aperfeiçoar e implementar mecanismos eficazes de reintegração social dos presos, transformando o cumprimento da pena numa oportunidade para interromper o ciclo de criminalidade na vida daquele indivíduo.

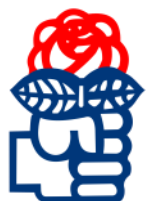
Para tanto, é necessário o fortalecimento da infraestrutura penitenciária, não somente para acabar com o grave problema das superlotações, mas também para que elas sejam munidas das ferramentas necessárias que garantam a segurança e a dignidade no exercício das atividades dos profissionais que atuam na Administração Penitenciária, assim como para os presos e seus familiares.

Neste sentido, a valorização do inspetor de segurança penitenciária, principal agente do estado no cotidiano do sistema, é fundamental para que se obtenha êxito nas políticas desta área, essenciais na ação estratégica da segurança pública.

- Recuperação da Infraestrutura Penitenciária

O Rio de Janeiro possui uma população penitenciária em torno de 52.000 presos, sendo quase o dobro de sua quantidade vagas. Além disso, as unidades prisionais, hospitalares e demais equipamentos do sistema penitenciário encontram-se deteriorados, sucateados e desatualizados.

Investimentos na infraestrutura e inteligência são extremamente necessários, contudo, é preciso buscar sustentabilidade financeira nas políticas do sistema penitenciário com a utilização da mão-de-obra carcerária, cujos



benefícios ultrapassam a melhoria financeira do estado e atingem positivamente a reintegração social do apenado.

Não se pode mais conceber gastos milionários no sistema penitenciário enquanto se verifica uma enorme ociosidade de presos. É preciso que seja implementado um grande programa para geração de ofertas de vagas no sistema penitenciário, tanto no trabalho intra-muros como no extra-muros, aos presos em regime semiaberto e aberto.

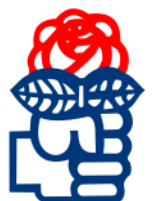
Neste sentido, é preciso que o governo direcione parte de suas compras e contrate os serviços prestados pelos apenados, reduzindo gastos com custeio da máquina e valorizando a reinserção social dos apenados.

Neste ano foi verificado que mais de 70% das viaturas do sistema penitenciário estavam paradas por falta de manutenção. A melhoria da infraestrutura penitenciária com a utilização da mão-de-obra carcerária, resguardadas as questões de segurança, deve ser melhorada na gestão penitenciária.

É essencial ainda a implementação de mecanismos que colaborem para que o apenado, no âmbito da Lei de Execução Penal, gere meios para redução dos custos do estado com as despesas decorrentes do cumprimento de sua pena.

- Ressocialização e Garantia dos Direitos do Preso

Não obstante o aperfeiçoamento das políticas de valorização da mão de obra carcerária, ressaltando-se o relevante papel da Fundação Santa Cabrini, é



preciso que seja implementada medidas que verdadeiramente promovam o tratamento penitenciário individualizado para o preso.

- O estado, certamente não terá melhor oportunidade de romper com o ciclo de reincidências criminais do que no momento do cumprimento da pena. É preciso, contudo, que as políticas de segurança pública integrem-se aos objetivos da ressocialização, para que o apenado não retorne à sociedade mais qualificado à atividade criminosa do que para o saudável exercício da cidadania.

DEFESA CIVIL

- Modernização e Aperfeiçoamento na Integração com os Municípios

O fortalecimento na integração das políticas públicas de Defesa Civil do Estado com a União e Municípios é fundamental para qualificar a rede de atendimento à população nesta área, principalmente na área da prevenção. O estreitamento das relações entre os níveis de governo é de grande valia para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelas corporações.

Para se ter noção, somente em 2017, as guarnições do corpo de bombeiros atenderam 57.520 vítimas de acidentes de trânsito, sendo 47,7% decorrentes de acidentes de motocicletas, com predomínio de jovens. Campanhas de prevenção, em parceria com o DETRAN e Municípios poderiam ser utilizadas para redução deste índice, não obstante a qualificação no atendimento da rede hospitalar em áreas de maior incidência.

A participação popular e a transversalidade entre as diversas áreas, ressaltando o meio ambiente, e respeitando as peculiaridades de cada região, proporcionará a formulação e implementação de políticas de defesa civil mais eficazes.



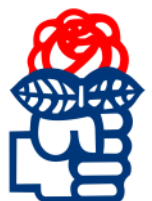
Um planejamento junto as cidades litorâneas, por exemplo, pode salvar a vida de dezenas de vítimas de afogamento no verão. Em janeiro ocorreram, em média, 390 salvamentos por dia. Foram 41.555 pessoas socorridas em 2017, o equivalente a população do Município de Paraty, além de 56 atendimentos aeromédicos, dentre outros equipamentos para resgate de vítimas de acidentes em alto mar.

Neste sentido, o Estado deve assumir o protagonismo no processo de integração e modernização do sistema de defesa civil, considerando sua estrutura e a competência do excelente quadro de profissionais do Corpo de Bombeiros do Estado. Foram 4.262 militares que passaram por qualificação profissional naquele ano, produzindo 163 trabalhos científicos, o que demonstra a capacidade e atualização profissional dos bombeiros do Estado.

O fortalecimento dos mecanismos legais, assim como das ferramentas de tecnologia e gestão que incentivem a integração com os sistemas municipais de defesa civil também se demonstram extremamente necessários, cabendo a priorização dos recursos advindos do Fundo Especial dos Bombeiros - FUNESBOM, assim como à aquisição dos suprimentos utilizados no socorro às vítimas.

A criação e valorização de Conselhos de Proteção e Defesa Civil também deve ser uma importante ferramenta no processo de conscientização da população, bem como no fomento de uma permanente discussão e aperfeiçoamento das políticas públicas nesta função.

- Planejamento e Capacitação em Áreas de Risco



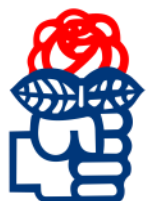
A realidade geográfica do Estado do Rio de Janeiro, somada a uma falta de política concreta na área de habitação e demais mazelas que assolam a população fluminense, impõe ao Governo a formulação de um minucioso e articulado planejamento, que atue na mitigação dos riscos geológicos no Estado.

Neste sentido é preciso garantir sua inclusão e financiamento com força de Lei, assim como prever os instrumentos de controle que favoreçam a sua completa execução.

Do mesmo modo, a fixação de metas e prioridades na área de prevenção, mitigação e preparação dos profissionais para enfrentar os riscos de desastres, devem estar claramente definidas e coordenadas pelos diferentes atores que envolvem à política de defesa civil, com incremento de ações de mapeamento das áreas de risco. A expansão e modernização dos instrumentos alarmes e avisos à população evacuar áreas de risco também é necessário aprimorar.

Cada cidade deve possuir um planejamento alinhado com o Estado, assim como ter a disposição toda estrutura para atendimento das vítimas e agentes preparados para prontamente agirem de forma qualificada nas situações de desastres.

Há de se ressaltar a necessidade de fortalecimento na área de combate a incêndios, que em 2017 registrou 31.160 atendimentos, muitos deles em regiões de difícil acesso que demandam uso de aeronaves equipadas e em perfeitas condições. Neste sentido, é preciso implementar um forte controle de monitoramento de balões, assim como campanhas para que sejam evitados, por serem grandes causadores de incêndios no Estado.



A formulação de políticas que permitam a formação de Cidades Resilientes precisa ser implementada, sobretudo em áreas de risco, a fim de proporcionar condições para que resistam, absorvam e se recuperem eficientemente dos efeitos de um desastre, prevenindo em última análise, que vidas e bens sejam perdidos.

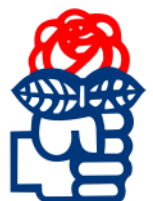
A Defesa Civil do Estado, no seu papel de coordenação, também deve apoiar a criação e regulamentação das profissões ligadas a proteção e defesa civil, possibilitando fortalecer os quadros, assim como prover as ferramentas necessárias à proteção do profissional de defesa civil no exercício de suas atividades, como no caso dos profissionais que atuam em eventos e no atendimento de pessoas portadoras de transtornos mentais.

- Implementação da Proteção e Defesa Civil no Currículo Escolar

O poder público não tem condições de estar presente em todos os lugares ao mesmo tempo, da mesma forma que sua capacidade de reação diante da diversidade e extensão dos desastres está limitada às estruturas da defesa civil existentes em cada área. Segundo o Anuário do Corpo de Bombeiros do Estado, foram 344.112 solicitações de socorro em 2017, com uma média de 943 atendimentos diários.

Iniciativas isoladas para levar aos estudantes temas relacionados à Proteção do Meio Ambiente e Defesa Civil são louváveis, porém insipientes para de fato formar cidadãos aptos a atuar em situações de emergência, sobretudo em áreas mais vulneráveis a ocorrer acidentes.

A implementação nos currículos escolares de disciplinas voltadas a formação em técnicas de defesa civil e primeiros socorros, aplicadas com



grande êxito em outros países, como Japão, assim como campanhas, palestras e aulas de campo, irá ser de grande relevância para salvar vidas, impactando ainda positivamente na desoneração da rede pública de saúde, com o aperfeiçoamento dos primeiros socorros, muitas vezes realizados por pessoas de boa vontade, porém sem qualificação mínima necessária.

Neste sentido, os agentes de defesa civil devem ser importantes multiplicadores desse processo de conhecimento, principalmente na capacitação de pessoas na área de atendimentos pré-hospitalares, fundamental para aumentar as chances de sobrevivência e evitar danos graves à saúde das vítimas. Em 2017, foram 166.180 atendimentos nesta modalidade realizados pelos bombeiros do Estado.



3

Saúde com qualidade para todos

O Pacto pela Saúde redefiniu as responsabilidades de cada gestor em função das necessidades de saúde da população e da busca pela equidade social, e ocorre através da adesão de municípios, estados e União composto por três tópicos: Pacto pela Vida, Pacto em defesa do SUS e Pacto de Gestão.

A saúde é uma das vertentes das políticas públicas mais cobradas pela população. O anseio ao atendimento de qualidade e eficiente é uma unanimidade em todo o território nacional. O Sistema Único de Saúde foi regulamentado em 1991 e sua lógica está atrelada a articulação entre as esferas governamentais (federal, estadual e municipal), com mecanismos de participação da sociedade civil, tendo como fim, o bem estar do cidadão de forma universal, equitativa e igualitária. Muito embora existam leis que estabeleçam um valor percentual mínimo da aplicação de recursos, o fato é que este gasto público tem sido baixo comparando o Brasil a outros países com sistemas públicos universais. Além desta constatação, a conjuntura econômica e a má gestão financeira do Estado do Rio de Janeiro, reduziu ainda mais estes investimentos, transformando as demandas populacionais num quadro caótico da saúde fluminense.

Em 2017, o Conselho Regional de Medicina anunciou estado de calamidade técnica na área da saúde no Rio de Janeiro, revelando problemas



como falta de medicamentos, equipamentos quebrados, atrasos nos salários dos profissionais e falta de pessoal, chamando a atenção da sociedade para a falência da estrutura pública de saúde no estado.

Ao contrário do que se pensa, não basta apenas um choque de gestão na área da saúde. É preciso também um aporte de recursos mais contundente, com políticas de gasto eficiente e responsável. Sendo assim, um modelo de gestão eficaz tem como plataforma de saúde a construção de metas sanitárias que promovam a melhoria da qualidade dos níveis de saúde da população, bem como, uma ampla re-estruturação, ampliação e fortalecimento das políticas de saúde governamentais para garantir gestão, acesso, qualificação profissional e financiamento para reorganização dos serviços e práticas, visando à integralidade da atenção em saúde.

Na prática, o que temos na atualidade é um sistema desintegrado, associado a uma infra-estrutura deteriorada, e profissionais com necessidade de capacitação e remuneração condizentes para os postos de trabalho onde atuam. Há uma visão fragmentada da saúde como um todo, indiferente aos seus determinantes, sem um comprometimento político de fato. Tais características influenciam diretamente no fluxo de atendimento de pacientes entre a Atenção Básica e atendimento de média e alta complexidade, desorganizando e onerando todo o sistema de saúde.

Um planejamento estadual da gestão em saúde tem por objetivo orientar as políticas públicas de acordo com as demandas específicas para a sociedade. Define diretrizes, objetivos e metas a partir de análise territorial e regionalizada. Considera e identifica estratégias de monitoramento e fiscalização bem como orienta a integração entre os sistemas da Atenção Básica a Alta complexidade.



Com gestão participativa, ética, competência, responsabilidade e compromisso, a coordenação das políticas de saúde no âmbito estadual contribui para a melhoria da qualidade devida da população. Com um trabalho de reordenação gerencial na saúde é possível combater as desigualdades de acesso à rede, a reorganização do atendimento na atenção básica, média e alta complexidade, executando desta forma a diretriz do nosso Sistema Único de Saúde de universalização.

Deste modo, serão compromissos centrais do nosso Governo:

- Fortalecer o processo de regionalização da saúde;
- Garantir a transversalidade das ações de vigilância e saúde;
- Investir em infra-estrutura na rede de média e alta complexidade, competência da secretaria estadual;
- Modernizar e aperfeiçoar os fluxos e processos de trabalho da rede;
- Incentivar a intersetorialidade entre instituições governamentais;
- Incentivar e fortalecer as instâncias de controle e participação social;
- Aprimorar os mecanismos de monitoramento e execução dos gastos públicos;
- Implementar estratégias de captação de recursos nacionais e internacionais.

4.1-METAS SANITÁRIAS

- Investir em obras de saneamento, tendo como consequência direta a criação de empregos, expansão de renda e qualidade de vida;
- Ampliar a cobertura de água potável a toda população do Estado;
- Ampliar a cobertura de coleta e tratamento de esgoto a toda a população do Estado;
- Mapear, planejar e executar a despoluição dos reservatórios de águas e

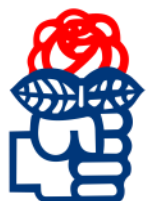


mananciais;

- Fortalecer a educação sanitária e equilíbrio ambiental na população através de ações educativas

4.2-INFRAESTRUTURA

- Investir em tecnologia da informação e comunicação para modernizar o trabalho das equipes de Saúde da Família;
- Valorização e capacitação dos recursos humanos em saúde, através de ações de educação continuada do Telessaúde;
- Ampliar o acesso à saúde através de estratégias que compõem o Telessaúde como tele-consultoria, tele-diagnóstico e tele-educação;
- Investimento nos hospitais estaduais, universitários e policlínicas do Estado com o objetivo de melhorar e ampliar as ações e serviços de saúde no âmbito ambulatorial e hospitalar da atenção secundária e terciária;
- Ampliação dos centros de Especialidades Odontológicas e Laboratórios regionais de Prótese dentária;
- Fortalecimento e ampliação do atendimento à pacientes com necessidades especiais (lábio leporino e fenda palatina);
- Investir na criação de Hospitais da Mulher em todo o Estado;
- Garantir o fluxo adequado da Rede Materno-infantil e Rede Cegonha;
- Ampliação e fortalecimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) 192;
- Criar rede integrada de informações da saúde, através de Sistema de informação com níveis de acesso diferenciados, agilizando o processo de mapeamento e acompanhamento de gestores e usuários;
- Apoiar e ampliar a oferta de leitos, maternidades e policlínicas, assegurando o atendimento à população nas esferas de media e alta complexidade



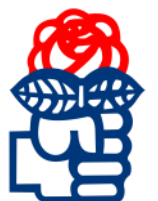
4.3-ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS

1. Promover, de modo efetivo, a integração entre as esferas governamentais (federal, estadual e municipal) na área da saúde garantindo a universalização do acesso aos serviços de saúde;
2. Combater as desigualdades no acesso aos serviços de saúde assegurando e fortalecendo a porta de entrada do sistema, através da Atenção Básica e da reorganização dos programas de acesso a medicamentos;
3. Fortalecer a gestão da Secretaria Estadual de Saúde, promovendo a articulação entre secretarias, órgãos governamentais e universidades;
4. Fomentar a formação profissional voltada para Atenção Básica e Equipe de Saúde da Família;
5. Apoiar, com mecanismos técnicos, financeiros, universidades e escolas técnicas a formação de profissionais na área da saúde;
6. Ampliar e fortalecer o Programa de Saúde da Família e o Programa de Agentes Comunitários da Saúde;
7. Fomentar a integração e ações na área de Assistência Social/CAPS à saúde na implementação do atendimento 24 horas de usuários, em todas as faixas etárias, com transtornos mentais graves e persistentes;
8. Fortalecer a Política Nacional de Humanização;
9. Fortalecer e ampliar a política de educação permanente;
10. Garantir o acesso e resolutividade do atendimento da população na atenção especializada, urgências e emergências;
11. Garantir o acesso a medicamentos básicos, especializados e estratégicos à população;
12. Fortalecimento do programa de transplantes do Estado;
13. Fortalecimento das políticas públicas Saúde da Mulher, Saúde do Idoso, Saúde da Criança e Jovem, Saúde do Homem, Saúde do Trabalhador, Saúde mental;
14. Fortalecimento e ampliação do trabalho preventivo de doenças como Zika,



Chicungunha e Dengue;

15. Melhoria e maior integração entre os sistemas regulatórios de acesso à rede de saúde.



4

Fazenda e Planejamento Fazer mais com menos

4.1- REVISÃO DAS RECEITAS ESTADUAIS

A política tributária estadual não deve se ater somente no aumento de impostos e numa busca incessante de receitas extraordinárias, responsáveis pelo crescimento exorbitante do endividamento estadual. Da mesma forma, não deve atuar sacrificando receitas futuras, reduzindo a capacidade de recuperação do tesouro estadual a médio e longo prazo.

Recentemente a questão da greve dos caminhoneiros, trouxe à baila uma questão importantíssima da gestão fiscal: A Revisão Tributária Estadual.

Neste episódio, restou caracterizada uma ação reativa quando o Executivo encaminhou projeto de lei para redução da alíquota do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) no Diesel, de 16% para 12%, igualando-a com a do Estado de São Paulo, após ser verificado que os caminhoneiros evitavam abastecer no Rio de Janeiro, devido ao alto preço deste combustível, motivado pela alíquota superior a daquele Estado.



Trata-se de um caso concreto de que a redução da carga tributária pode contribuir diretamente para o aumento da arrecadação. Em outro caso semelhante, a tributação pode causar reflexos diversos ao esperado no aumento da arrecadação.

Dados extraídos da arrecadação do ITD (Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e por Doação de Quaisquer Bens e Direitos), em março/18, após o início dos efeitos da Lei nº 7786/17, demonstram uma queda de 9,7% na arrecadação desse imposto, comparado com março/17. Foram dois aumentos deste tributo em menos de dois anos, majorando em até 100% a maior alíquota, que certamente acarretará um efeito que dificultará a transmissão de bens entre as pessoas e conseqüentemente, perda no fisco estadual, devido a alta carga tributária implementada.

A revisão de cada receita estadual deve ser prioridade permanente de Governo, de modo que se promova a atualização tributária, para mais ou para menos, a fim de que o tributo seja justo e alcance os objetivos arrecadatórios esperados, frente a dinâmica da economia e suas variáveis. A política fiscal precisa ser mais ágil e acompanhar os efeitos da economia, em um cenário crescente de competitividade entre os Estados.

No âmbito das receitas patrimoniais, não se pode deixar de destacar os Royalties e Participações Especiais, cuja recuperação, irá requerer do próximo governo uma atuação estratégica num cenário de alto endividamento e necessária retomada de investimentos que promova sustentação fiscal ao estado, pautada sobre receitas mais constantes. A substituição gradual de despesas fixas atreladas a esta receita se torna extremamente necessária para reduzir os impactos financeiros decorrentes de sua volatilidade.



4.2- FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE ARRECADAÇÃO

A criação da Controladoria Geral do Estado é um importante passo no fortalecimento dos mecanismos de arrecadação. Contudo, não basta simplesmente criá-la. É preciso, sobretudo, implementar políticas estruturantes e integradas que garantam o funcionamento dos mecanismos existentes e criem condições de aperfeiçoamento da arrecadação.

O combate a sonegação fiscal deve ser uma prioridade constante em todo o governo. Estima-se que as perdas na arrecadação do ICMS cheguem a R\$10 bilhões anuais. Tal montante poderia sanar o desequilíbrio orçamentário evitando, por exemplo, o acúmulo de quase R\$ 20 bilhões em Restos a Pagar desde o início da crise nas finanças públicas estaduais.

É preciso maior integração entre as áreas de arrecadação e gestão das finanças no âmbito fazendário, a fim de aperfeiçoar o alinhamento da ação dos auditores dentro da política fiscal do estado, principalmente em relação aos 100 (cem) maiores contribuintes. As atividades econômicas de maior potencial devem ser priorizadas com suporte da fiscalização tributária.

Valorizar os servidores de carreira da Secretaria de Fazenda, nomeando-os em postos estratégicos da pasta e realizando um reordenamento interno, é fundamental para integrar as ações de governo, ultimando na devolução da credibilidade do estado por meio de políticas fiscais mais efetivas e sustentáveis.

A desburocratização do fisco, criando processos mais simples e céleres para o contribuinte fluminense, priorizando uma ação governamental que objetive a regularização de pendências dos contribuintes, é fator preponderante



no aumento da arrecadação e desenvolvimento econômico, gerando um ambiente mais favorável ao empreendedorismo no estado.

É fundamental ainda, o estreitamento da Segurança Pública com toda a cadeia produtiva do estado, principalmente no combate ao crime de roubo de cargas e da violência no entorno dos polos produtivos, gerando segurança à atividade empresarial e ao mercado consumidor.

4.3- FORTALECIMENTO DO PROGRAMA BARREIRA FISCAL

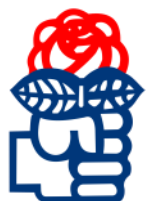
O Programa Barreira Fiscal deve ser fortalecido, aperfeiçoando sua integração com as demais áreas, principalmente com o desenvolvimento econômico e segurança, a fim de potencializar as atividades regionais, e o combate ao contrabando e tráfico de drogas, dentre outras medidas desse programa, que podem ser potencializadas.

Existem diversos vácuos fiscalizatórios nas rodovias estaduais que precisam ser corrigidos, assim como se deve avançar na integração com a polícia rodoviária federal nas estradas que cruzam o Estado do Rio de Janeiro.

O aperfeiçoamento do Programa, necessariamente impõe uma expansão e modernização das barreiras fiscais, munindo-as dos recursos indispensáveis para que as atividades fiscalizatórias sejam qualificadas.

4.4 – INTEGRAR E ALINHAR A ESFERA FINANCEIRA COM A ORÇAMENTÁRIA

A ação da administração pública deve ser planejada e coordenada. Para tanto, é fundamental que as Leis Orçamentárias estejam refletindo a realidade



financeira do estado. No exercício de 2017, o contingenciamento foi superior a R\$16 bilhões, o que demonstra um nível altíssimo de imprecisão no planejamento.

A integração da política fiscal com a gestão financeira deve se estender às Leis Orçamentárias. A Lei Orçamentária Anual – LOA e o Plano Plurianual – PPA precisam ser instrumentos realistas e dinâmicos, transformados em ferramentas confiáveis, tanto no âmbito do governo como à sociedade.

É preciso que o planejamento assuma seu protagonismo na condução das políticas públicas, antecipando ações e corrigindo desvios na execução. A ausência de alinhamento entre as esferas orçamentárias, financeiras e fiscais, provoca uma gestão descoordenada e reativa, refletindo de forma negativa na prestação de serviços públicos.

O não cumprimento dos créditos alocados na Lei Orçamentária, é ainda causa de perda de energia da “máquina estadual”, já que sua ação estará sempre pautada num instrumento de planejamento que não possui o necessário lastro financeiro.

Um monitoramento, constante e alinhado com a esfera financeira e com os demais órgãos executores dos créditos orçamentários é condição elementar para a implementação de políticas públicas sustentáveis e contínuas.

4.5 – APERFEIÇOAMENTO DOS MECANISMOS DE MONITORAMENTO E TRANSPARÊNCIA DOS INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS



A renúncia de receita na área dos incentivos e benefícios fiscais corresponde a aproximadamente R\$9 bilhões anuais, segundo dados do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019.

Embora de vultoso valor não se verifica dados disponíveis e suficientes acerca dos impactos econômicos e regionais para a manutenção de incentivos fiscais, bem como para atração de novas empresas.

É necessário um diagnóstico preciso para se averiguar com total clareza a situação atual dos incentivos fiscais, a fim que se tenha condições de avaliar quais resultam em desenvolvimento e quais não representam impacto positivo para o estado e avançar na redução ou até cancelamentos daqueles que não promovam desenvolvimento.

Para tanto, é salutar a criação de um Núcleo Permanente Intersetorial, envolvendo diversos órgãos participantes desta política, tais como a Procuradoria Geral do Estado e Tribunal de Contas, munidos de ferramentas de tecnologia da informação para monitoramento e produção de transparências nos seus efeitos.

Tantos os incentivos concedidos no âmbito do Poder Executivo, como aqueles que se deram por força de Lei e via CONFAZ, devem ser objeto de revisão, priorizando os que apresentam o binômio: maiores renúncias aos cofres estaduais x menor resultado no desenvolvimento econômico.

4.6 – GESTÃO DA DIVIDA

Devido ao volume da dívida que será rolada para os próximos governos, por força da suspensão dos pagamentos de amortização e juros, na forma pactuada pelo Regime de Recuperação Fiscal-RRF, o serviço da dívida do estado deverá ser alçado a uma política de governo estratégica e prioritária, sob



pena desse passivo inviabilizar a execução das demais políticas governamentais.

Dados do Projeto da LDO de 2019 indicam um crescimento da dívida em 573%, após os três primeiros anos do Regime de Recuperação Fiscal - RRF, comparando com o exercício de 2018, alcançando um pico de R\$19 bilhões a ser pago em 2025, sendo este valor correspondente ao dobro da dívida antes da adesão do estado a este regime .

Destaca-se que em 2020 está previsto o pagamento de R\$ 3,8 bilhões da operação de crédito junto ao banco que emprestou R\$ 2,9 bilhões para pagamento do décimo terceiro e salários atrasados dos servidores, tendo como garantia a venda das ações da CEDAE, com sua privatização.

Será necessária uma auditoria na dívida para identificar as condições destas operações e consequente medidas para renegociação junto aos credores, em vista a tornar tal passivo parametrizado com a capacidade de pagamento do estado, não obstante medidas judiciais. Neste sentido a atuação da Procuradoria Geral do Estado será fundamental na revisão dos instrumentos jurídicos, sobretudo quando da ausência de conciliação com os credores.

Além disso, é preciso estreitar as negociações com a união, garantidora principal da dívida, colocando medidas que de fato sejam equânimes e que não resultem em mais pagamento de juros e rolagem do estoque da dívida.

Estudar compensações no pagamento da dívida com a União, como as receitas da Lei Kandir, que podem gerar incremento em torno de R\$ 4 bilhões aos cofres estaduais, são medidas a serem trazidas à negociação com o objetivo de evitar a inadimplência do estado e maiores danos do tesouro.



A revisão do RRF, no contexto das repactuações com a união, também poderá ser importante meio para o estabelecimento de termos mais justos ao Estado do Rio de Janeiro, assim como a contensão dos efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, afastados temporariamente pelo RRF no que tange as sanções decorrentes do descumprimento dos limites de endividamento.

4.7 – PLANEJAMENTO FINANCEIRO

As receitas correntes estaduais possuem indicadores que permitem a estruturação de um planejamento financeiro fidedigno à gestão financeira e orçamentária do estado, fundamental na credibilidade à execução de suas políticas públicas.

O excelente quadro técnico dos servidores da Secretaria de Fazenda é fonte qualificada na geração de informações essenciais para que o governo tenha total condição de gerir suas ações pautadas em lastros financeiros, cabendo a ele adequar e priorizar seus gastos de maneira que sejam cumpridos os compromissos assumidos, nos limites do “caixa” estadual, evitando-se a incidência de restos a pagar.

A sinergia de todos os gestores no cumprimento do planejamento financeiro, além de evitar a já mencionada incidência do grande volume de “restos a pagar” que vem ocorrendo, se tornará uma valiosa ferramenta na economicidade nas contratações, tendo em vista o custo da inadimplência agregado pelos fornecedores e prestadores de serviços quando participam das licitações públicas.



Neste contexto, a elaboração e cumprimento de um calendário de pagamento, por parte do tesouro estadual, pautado em dados reais da arrecadação, ocasionará maior previsibilidade e segurança jurídica aos contratos, permitindo que a Administração consiga a redução dos custos e maior economia aos cofres públicos.

4.8 – DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS FUNDOS ESTADUAIS

A centralização da gestão é um dos principais gargalos para a prestação dos serviços públicos de qualidade, pois avoca para os agentes políticos uma infinidade de questões cuja solução, em sua maioria, é de competência da área técnica.

Em áreas de governo como Educação, por exemplo, a descentralização da gestão é essencial para que os profissionais de educação tenham autonomia no desempenho de suas atribuições. Os profissionais da educação compreendem melhor que ninguém a melhor forma de prestar um ensino de qualidade para os estudantes das escolas e universidades públicas, cabendo aos agentes políticos gerar condições para o exercício regular das leis que envolvem essa seara.

Todavia, a autonomia deve ser equalizada com responsabilidade, sobretudo, quando envolve gestão de recursos públicos. É preciso estabelecer regras claras para que ocorra a descentralização da gestão, do mesmo modo, seja evitado qualquer desperdício ou represamento de recursos públicos, enquanto o tesouro estadual é pressionado pelas macro despesas.



O aperfeiçoamento na legislação que envolve o fundo, a fim de que se possa cumprir com os objetivos legais estabelecidos nas respectivas Leis, deve ser implementado para que se possa prover serviços públicos munidos dos recursos necessários a uma prestação de serviço eficiente e eficaz.

4.9 – TRANSPARÊNCIA E AMPLIAÇÃO DAS OUVIDORIAS

O amplo e irrestrito acesso as informações da gestão interna do estado, assim como dos serviços prestados por órgãos governamentais é um direito constitucional e garantia democrática básica, para que o cidadão/contribuinte tenha acesso aos seus direitos e a saiba onde estão sendo utilizados os impostos que lhe são cobrados.

O Estado do Rio de Janeiro figura nas últimas posições no ranking nacional de transparência. Os sites de transparência, tanto dos órgãos centrais, como dos órgãos finalísticos, carecem de informações, detalhamentos e, em muitos casos, de dados atualizados.

O pleno conhecimento e acesso da sociedade aos serviços públicos, além de ser condição fundamental para o desenvolvimento, evitando que ele feche-se em si mesmo, deixando de obter respostas necessárias para o aperfeiçoamento de suas políticas públicas, afastando-se da população, que melhor conhece os efeitos da política implementada pelo estado.

A ampliação ao acesso aos sistemas financeiros, numa linguagem simples e acessível para o cidadão, é fundamental para que a sociedade civil participe diretamente do governo, principalmente neste momento de grave crise financeira, podendo contribuir fortemente na fiscalização dos gastos e arrecadação de receitas, assim como em soluções para alcance dos resultados



esperados - portanto, essencial na superação situacional em que o estado se encontra.

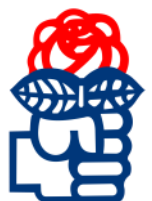
De igual forma, garantido o acesso amplo às informações, a abertura de canais de ouvidoria junto a população, além do livre acesso ao cidadão, cumpre-se fielmente a legislação de transparência, sendo criado um ambiente de sinergia na busca incessante de aperfeiçoar e otimizar recursos públicos e redução dos gastos.

4.10 – COMBATE À CORRUPÇÃO, DESPERDÍCIOS E REGALIAS

A população do Estado do Rio de Janeiro não permite mais que o governo patrocine qualquer espécie de regalia ou mal uso de recursos públicos. Com a difusão da internet e tecnologias de comunicação, a velocidade na informação faz chegar, quase que imediatamente ao cidadão/contribuinte, inúmeros casos de má utilização de dinheiro público, além da famigerada corrupção dos agentes públicos que deveriam zelar pelo bem comum da população.

A sociedade não admite que agentes políticos e servidores públicos, principalmente aqueles melhores remunerados, tenham gastos pessoais pagos pelos cofres públicos, tais como: motoristas, veículos para transporte pessoal, manutenção de palácios, viagens e diárias desnecessárias, telefonia móvel, vagas de garagem, alimentação, etc.

Da mesma forma, enxugar contratos e demais despesas com dimensionamento ou custos superiores à demanda de cada serviço público é fundamental para que se alcance o esperado equilíbrio das contas, direcionando as políticas os recursos estritamente necessários à sua execução.



O aproveitamento dos recursos próprios existentes, também demonstra-se prioritário, como no caso da mudança de órgãos de imóveis alugados para unidades próprias, dentre outras medidas de otimização de recursos como um importante mecanismo de contenção de gastos desnecessários.

Há muita “gordura” ainda a ser cortada em todos os poderes do estado. Somente um esforço conjunto, principalmente das autoridades que devem dar o exemplo, o governo conseguirá atravessar esse momento.

Neste sentido, faz-se necessária a criação de uma Comissão Permanente de Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos, com autonomia para legislar, identificar e promover, de forma célere, a suspensão e cancelamento de gastos supérfluos ou que estejam mal dimensionados perante a real necessidade da demanda, contendo qualquer regalia ou desperdício, num esforço constante e tempestivo.

O aperfeiçoamento do Controle Interno e o estreitamento e parcerias com o Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e organizações sociais, também será fundamental no combate à corrupção e ao desperdício.

4.11 – GESTÃO DE COMPRAS

A fragmentação das aquisições de bens e serviços que o estado realiza, além de ferir a legislação atinente às finanças públicas, causa enorme prejuízo aos cofres públicos. Em que pese ações do controle interno e externo que visam corrigir tais práticas, trata-se de uma realidade presente na rotina administrativa governamental, causando grande perda de recursos à Administração.



É fundamental que as aquisições de bens e serviços comuns, presentes na rotina de cada pasta, sejam unificadas em licitações centrais, com vista a obtenção de preços e condições mais vantajosos, devido ao volume da contratação.

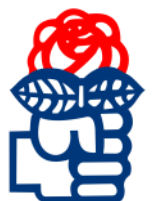
Embora se observe casos isolados nesse sentido, é preciso avançar na política de logística de compras, ampliando o mapeamento e previsibilidade destes gastos para elaboração de editais que além de possibilitar aquisições em larga escala e menor preço, gere a otimização de recursos humanos e materiais nas denominadas “áreas-meio” dos órgãos que, em muitos casos, tem dificuldades para concluir esses procedimentos em tempo hábil.

Para tanto, faz-se necessário estreitar a relação e diálogo dos órgãos finalísticos com os órgãos centrais, sobretudo numa realidade de escassez de recursos humanos e restrições de aumento de despesas.

4.12 – DESBUROCRATIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

A existência de uma infinidade de leis e legislações que impõem ao gestor público uma série de restrições e obrigações que emperram a gestão do estado precisa ser enfrentada e reduzida.

Constatam-se óbices até quanto a nomeação de servidores em cargos estratégicos na gestão pública, devido ao risco desse profissional vir a responder futuramente pelo descumprimento de alguma regra excessiva, que sequer tinha conhecimento.



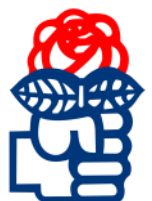
A desburocratização de todos os procedimentos desnecessários e que só dificultam a gestão e, em muitos casos, criam ambientes favoráveis à prática de ilícitos, precisa ser implementada a fim de promover a agilidade necessária para que o estado responda prontamente aos anseios da população e tenha condições de se recuperar da crise que atravessa.

Além da agilidade na prestação do serviço público, há de se ressaltar a desoneração dos órgãos de controle interno, que são obrigados a zelar pelo cumprimento de toda burocracia, criando-se verdadeiras estruturas, que em muitos casos, superam a estrutura finalística par atendimento ao cidadão.

Com a desburocratização, os órgãos de controle interno terão mais condições de reduzirem seus passivos, prestando um serviço mais célere e eficiente.

Exemplo de uma estrutura que carece ser desburocratizada, são os postos de vistoria do DETRAN, cujo dispêndio para manter tal estrutura é incompatível com o resultado que poderá ser obtido se tais serviços fossem prestados de forma fiscalizatória, por meio de vistorias nos moldes da “Lei Seca”. Todo o aparato estatal criado para possibilitar a circulação de veículos em boas qualidades, além de ineficiente, não atinge sua finalidade, sendo alvo de grande e justa reclamação dos cidadãos.

Outra consequência da desburocratização do estado, além dos efeitos para o cidadão e na qualidade do serviço, poderá ser a realocação de centenas de servidores em atividades voltadas para execução em diversas áreas finalísticas que apresentam déficit de pessoal.



A Controladoria Geral do Estado deve ter papel preponderante no constante processo de simplificação da burocracia do Estado, não obstante a implementação de projetos e parcerias com o terceiro setor para avançar nesse tema e criar condições saudáveis de desenvolvimento econômico.

4.13- CAPITALIZAÇÃO DO FUNDO E GESTÃO DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA

O exercício financeiro de 2017 encerrou com um déficit financeiro no RioPrevidência na ordem de R\$11 bilhões, composto com recursos do Tesouro Estadual, mas que impactaram severamente nas demais políticas do estado, principalmente no pagamento das folhas de pessoal dos servidores ativos e inativos da administração direta e indireta.

O crescimento das despesas administrativas e previdenciárias do Fundo Financeiro, causado pelo impacto no crescimento do volume de aposentadorias e pensões e com o pagamento das operações de antecipação de receitas de royalties vinculados a este fundo, causaram grave desequilíbrio, fazendo-se necessário o incremento de nossas receitas e medidas de gestão da dívida, a fim de atenuar o resultado financeiro deficitário.

A expectativa de aumento na arrecadação dos royalties e participações especiais, embora importante e bem-vinda neste momento de grave crise no sistema financeiro previdenciário, além de não se demonstrar suficiente para sanear o déficit atual, tão pouco em curto prazo, trata-se de frágil sustentação financeira para o fundo, já que se apoia em receitas flutuantes, influenciadas fortemente por variáveis externas.

O direcionamento de novas receitas para o fundo, como a Dívida Ativa, revisão da Lei Kandir e direcionamento do Imposto de Renda dos servidores,



dentre outras iniciativas que se fizerem necessárias para minimizar os efeitos do déficit previdenciário, conjuntamente com medidas de auditoria constantes na busca de fraldes em aposentadorias e pensões, devem ser discutidas e implementadas, para amenizar este déficit. O desequilíbrio financeiro no RioPrevidência é uma realidade que o estado terá que administrar para reduzir o impacto no Tesouro Estadual e conseqüente reflexo nas demais funções de governo.

Não obstante as medidas internas, a reforma da previdência será uma pauta a ser enfrentada pelo próximo governador, a fim de tornar o sistema previdenciário mais equilibrado, combatendo privilégios e evitando que a sustentação financeira do fundo recaia sobre aposentados e inativos que recebem os menores salários, sobretudo aqueles que estão abaixo do teto do INSS. A implementação imediata de legislações protetivas, para evitar novas operações que agravem a descapitalização do fundo, também devem ser objeto de pronta formulação.

4.14- PRIORIZAÇÃO E ISONOMIA NO PAGAMENTO DOS SERVIDORES DO ESTADO

O servidor público é o maior patrimônio do estado. Sem a absoluta priorização do servidor público estadual não há como superar a crise e garantir a prestação de um serviço público de qualidade.

Neste sentido, é importante criar um perfeito alinhamento do calendário de pagamento de pessoal com a arrecadação do estado, de modo que sejam priorizados e respeitados as datas de pagamento dos salários dos servidores, para que lhe seja garantido seu direito básico sem o qual não se pode conceber



que se tenham condições mínimas para um serviço público de qualidade. Trata-se de obrigação primária do governo.

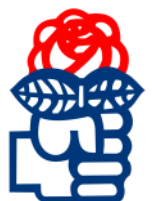
Toda alteração na despesa de pessoal, deve ser estreitamente alinhada com as receitas correntes líquidas, de modo que não sejam assumidos compromissos sem a devida cobertura financeira de receitas fixas.

Outro ponto importante é o respeito e equilíbrio de todas as categorias do funcionalismo estadual no pagamento dos salários. Não pode ocorrer desequilíbrio entre os profissionais do estado, priorizando uns em detrimento de outros. Ocorrendo tais práticas, além dos resultados negativos à população, haverá perda da unidade no corpo funcional e conseqüente desunião entre os profissionais. A isonomia no pagamento dos salários dos servidores deve ser um princípio a ser obedecido pelo governo.

4.15- VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES DE CARREIRA

Ninguém conhece melhor o estado que os seus servidores. Eles ultrapassam governos e acumulam conhecimento e experiência. Precisam ser respeitados, primeiramente, como profissionais que são e no desempenho de suas funções. É necessário que sejam priorizados na escolha para nomeação de cargos estratégicos, valorizando-os, para que se alcance, em conseqüência, o resultado esperado pelo governo.

Deve ser implementada uma política de valorização do servidor em todos os órgãos do estado. O servidor não deve mais ser preterido por indicações políticas, subordinando-se, na extensa maioria das vezes, à decisões proferidas por profissionais temporários que no geral não detém a expertise e experiência acumuladas pelo servidor estadual.



Outra medida importante neste cenário é a redução dos cargos comissionados em até 50% (cinquenta por cento). Tal medida além de gerar economia aos cofres estaduais, reduzirá a ingerência de “extra-quadro” na rotina dos serviços públicos, abrindo espaço para que servidores assumam cargos e tenham o protagonismo na execução das políticas públicas.

4.16- REPOSIÇÃO DE SERVIDORES, CONCURSOS PÚBLICOS E PLANOS DE CARREIRA

A gestão dos recursos humanos estaduais passa necessariamente ao equilíbrio das finanças e responsabilidade nos compromissos salariais assumidos. É preciso avançar com responsabilidade, juntamente com o aumento da arrecadação e otimização dos recursos humanos disponíveis, para que todo o funcionalismo não seja penalizado por medidas irresponsáveis não venham a comprometer a folha de pagamento do estado.

Áreas prioritárias como educação, saúde e segurança, devem possuir uma política permanente de reposição, sobremaneira em tempos de grande volume de aposentadorias e, infelizmente, até de diversos óbitos de policiais na defesa da sociedade. Tais setores não podem sofrer perdas de sua capacidade de ação, sob pena de graves prejuízos à sociedade.

Planos de carreiras, com ampla participação das respectivas categorias, se fazem necessários para estimular e valorizar os profissionais do estado, além da concessão de benefícios que assegurem condições para o bom exercício das atribuições inerentes a cada cargo.



Projetos e prêmios voltados aos profissionais que se destaquem, também são medidas positivas para estímulo, reconhecimento e valorização dos servidores, que precisam ser implementadas em larga escala no Estado.

4.17- EQUILÍBRIO E IGUALDADE NAS CARREIRAS DOS SERVIDORES DO ESTADO

Diante do quadro existente, cujas distorções se acumularam por anos, causando forte desigualdade em praticamente todas as áreas do funcionalismo, é preciso revisar e ajustar esse ponto, estabelecendo uma gestão de recursos humanos que promova equilíbrio entre as carreiras do estado, guardadas as especificidades de cada cargo.

A gestão de recursos humanos precisa equilibrar-se. O quadro de pessoal precisa assumir um corpo que promova maior capacidade e equilíbrio nas ações de governo, evitando distorções e valorizando profissionais afastados e desestimulados.

- A valorização dos servidores precisa ser trabalhada de forma ampla e equilibrada, para que nenhum profissional se sinta preterido em relação a outro, sobretudo aqueles que estão mais próximos à população e que detém maiores riscos no exercício de sua atividade laborativa.



5

Governança com Transparência e combate à corrupção

1. Criar e integrar os sistemas de informação de interesse público;
2. Modernizar e aperfeiçoar os mecanismos de socialização e acesso às informações de atos e contratos governamentais;
3. Fomentar o uso de tecnologia da informação e comunicação para campanhas de mobilização popular de interesse público, inclusive de prestação de contas à sociedade ;
4. Fomentar o uso de tecnologia para aperfeiçoamento do sistema de controle interno - controles administrativos, operacionais e estratégicos;
5. Criar plataforma virtual de informação, em linguagem adequada, para uso da sociedade dos Serviços da Administração Pública Estadual, democratizando e tornando transparente as atividades governamentais.



6

Cultura **Afirmação de** **identidade e cidadania**

O Estado do Rio de Janeiro tem um papel destacado na área cultural: tem a segunda maior oferta de cinemas do Brasil, a maior oferta de escolas de música, a segunda maior oferta de teatros, o maior número de escolas de dança, de artes plásticas, o maior número de bens tombados do Brasil, além de ter o segundo maior número de livrarias. Na recente pesquisa Cultura nas Capitais 2018, constatou-se que temos um dos maiores públicos consumidores de bens culturais: 68% dos cariocas vão frequentemente ao cinema, 69% leem livros, 33% vão ao teatro e 37% frequentam bibliotecas. Temos uma grande oferta e uma sólida demanda de bens culturais. Somos um dos maiores polos culturais e de entretenimento no Brasil. No entanto, para além da indústria do entretenimento, que é muito importante, a cultura tem um componente importantíssimo em termos de afirmação da identidade de um povo e no exercício da sua cidadania. A cultura é um direito de todos e deve ser incentivada pelo Estado.

Temos um papel destacado na área cultural: a segunda maior oferta de cinemas do Brasil, a maior oferta de escolas de música, a segunda maior oferta de teatros, é o Estado com maior número de escolas de dança, de artes plásticas, o maior número de bens tombados do Brasil, além de ter o segundo maior número de livrarias.

Em termos orçamentários, a Secretaria Estadual de Cultura consome



apenas 15% do seu orçamento de R\$ 162 milhões de reais (2018) no incentivo a projetos culturais. A Funarj tem dotação atual de R\$ 25,5 milhões, a Fundação Teatro Municipal tem orçamento de R\$ 61 milhões, o MIS tem R\$ 3,4 milhões. Segundo a LOA 2018, investimento em cultura foi de R\$ 8,9 milhões, equivalente a 4,9% do orçamento previsto para a Secretaria. Uma melhoria no processo de gestão poderia permitir destinar mais recursos à produção cultural.

O Governo Pedro Fernandes do PDT entende que o Estado precisa ser o principal agente da democratização do acesso à cultura e à criação cultural. No quesito democratização do acesso à cultura é preciso, desde já, proteger os equipamentos culturais existentes, impedindo que eles sejam transformados em farmácias ou supermercados e estimular a criação de espaços culturais (como as “lonas” culturais) nas regiões com maior carência de espaços culturais, como a Baixada Fluminense, a Zona Oeste, São Gonçalo e região e os municípios do interior. No quesito incentivo à criação cultural, o Estado adotará duas linhas principais: 1) através do Programa Escola Cidadã, criará e incentivará o Programa de Desenvolvimento da Expressão Cultural (Prodec), que buscará fomentar a formação e o apoio a grupos de expressão cultural nas escolas e nas comunidades, que serão estimulados através de concursos anuais para as áreas de dança, música, teatro e literatura, com distribuição de prêmios e bolsas de estudo em instituições parceiras nas áreas afins. O espaço físico das escolas estaduais será disponibilizado para os grupos culturais formados nas comunidades em que as escolas estiverem. 2) O incentivo à produção cultural se dará através da produção de editais especificamente voltados para as áreas mais carentes em equipamentos culturais e da realização, em parceria com os municípios, de festivais culturais e de feiras literárias nessas regiões, respeitando as tradições locais.

Entendemos que assim estaremos protegendo nosso legado cultural



plural, estimulando a criação cultural em bases democráticas, despertando e formando talentos nas diferentes áreas da cultura, além de afirmar a identidade dos vários grupos que compõem o Estado. Cultura é um exercício de cidadania.

O Estado do Rio de Janeiro precisa, no entanto, democratizar o acesso à cultura e à criação cultural. No quesito “democratização do acesso à cultura” é preciso proteger os equipamentos culturais existentes (impedindo que eles sejam transformados em farmácias ou supermercados) e estimular a criação de espaços culturais na Baixada

Fluminense, na Zona Oeste, em São Gonçalo e nos municípios do interior. No quesito “incentivo à criação cultural”, o Estado adotará duas linhas principais:

1) Através do Programa Escola Cidadã, incentivará a *Programa de Desenvolvimento da Expressão Cultural* (Prodec) formação de grupos de expressão cultural nas escolas e nas comunidades, que serão estimulados através de concursos anuais para as áreas de dança, música, teatro e literatura, com distribuição de prêmios e bolsas de estudo em instituições parceiras nas áreas afins. O espaço físico das escolas estaduais será disponibilizado para os grupos culturais formados nas comunidades em que as escolas estiverem.

2) O incentivo à produção cultural se dará através da produção de editais especificamente voltados para as áreas mais carentes em equipamentos culturais e da realização, em parceria com os municípios, de festivais culturais e de feiras literárias nessas regiões, respeitando as tradições locais.

Em termos orçamentários, a Secretaria Estadual de Cultura consome apenas 15% do seu orçamento de R\$ 162 milhões de reais (2018) no incentivo a projetos culturais. A Funarj tem dotação atual de R\$ 25,5 milhões, a Fundação Teatro Municipal tem orçamento de R\$ 61 milhões, o MIS tem R\$ 3,4 milhões.



Segundo a LOA 2018, investimento em cultura foi de R\$ 8,9 milhões, equivalente a 4,9% do orçamento previsto para a Secretaria. Uma melhoria no processo de gestão poderia permitir destinar mais recursos à produção cultural.

7. Garantir o fortalecimento da identidade cultural dos municípios e seus históricos culturais;
8. Promover eventos de atividade cultural, respeitando as características regionais, estabelecendo calendário estadual de atividades;
9. Criar o programa Cultura & Economia incentivando parcerias com escolas técnicas, teatros, cinemas, em locais de produção de conhecimento e desenvolvimento de atividades culturais para o mercado de trabalho;
10. Incentivar o projeto de leitura e acesso as bibliotecas;
11. Financiar e fortalecer as políticas públicas da Cultura;

12. Apoiar a qualificação de profissionais que trabalham na área cultural, desde profissionais técnicos até nível superior, através de parcerias com escolas técnicas, universidades e iniciativa privada;
13. Fortalecer e ampliar os eventos culturais no estado do Rio de Janeiro;
14. Criar o projeto Escola Cultural, utilizando o espaço escolar como local de atividades artísticas e culturais no Estado.



7

Crescimento Econômico e desenvolvimento social

7.1- TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Nos últimos anos, as relações de trabalho, emprego e renda no Estado do Rio de Janeiro passaram por um retrospecto extremamente dramático. A queda do crescimento, fruto da recessão econômica no Estado, se deparou com reflexos trágicos aos grupos mais pobres da nossa sociedade.

As taxas de desemprego já em 2016, no Rio de Janeiro, apresentavam números alarmantes de 10,02% de desempregados. Em início de 2017, a margem já passava para 14,51%, e segundo dados do IBGE, através do PNAD 2018 trimestral, nos primeiros três meses deste ano, o Rio de Janeiro se deparou com 15,04% de desempregados. Trata-se de mais 1,2 milhão de pessoas, que para lutar contra as adversidades, buscam criativamente, com muito esforço e coragem sobreviver neste território extremamente hostil que se tornou o nosso Rio de Janeiro.

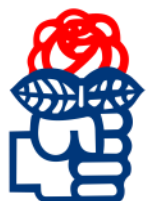


A renda domiciliar per capita no estado passou de, aproximadamente, R\$ 1.411 para R\$ 1.319, representando uma redução de 6,5% entre 2014 e 2015. Em contrapartida, observa-se que o desemprego aumentou significativamente entre 2014 e 2016, mais no Rio de Janeiro que na média regional e na brasileira. Quando comparamos estas taxas dentro do próprio estado, verifica-se que o aumento do desemprego em 2015 foi maior na capital e na periferia do estado que no interior. A taxa de desemprego na periferia (14,9%) foi quase o dobro da observada na capital (8,1%).

Reflexo de toda a crise e do próprio desaquecimento financeiro, a queda da rotatividade de capital, em efeito avalanche, causou o colapso que derrocou na quebra de empreendimentos do pequeno empreendedor, das microempresas, bem como, causou no grande comércio a queda de investimentos, fato também ocorrido nos outros setores da economia.

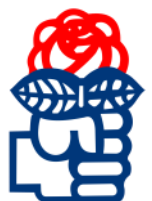
O Estado precisa e deve se debruçar sobre o grave problema do desemprego, do crescimento econômico e da geração digna de renda das famílias. A vida das pessoas não pode ser baseada apenas em sofrimento e angústia, em luta sem perspectiva, sem estabilidade, sem protagonismo. É preciso de um Governo com posicionamento voltado para as pessoas. É preciso buscar alternativas criativas e transformadoras para vencer a crise que afeta a vida das pessoas.

Neste passo, é necessário realizar políticas de incentivo nos setores da economia para a retomada do crescimento do Estado, que conseqüentemente trarão novas oportunidades de emprego. É preciso também, de políticas de oferta de cursos de capacitação profissional. É muito importante garantir incentivo ao cultivo, a criação de animais e a pesca. E, tendo em vista a crise, é preciso pensar meios criativos de gerar mecanismos que possibilitem impactos imediatos, diretos e indiretos, mas que, positivos a renda das pessoas.



Planos e compromissos centrais:

1. Criar um plano de ação para conter índices de desemprego e criar mecanismos criativos para geração de emprego no Estado do Rio de Janeiro;
2. Criar formas de incentivo ao investimento de capital na economia do Estado do Rio de Janeiro;
3. Dar total transparência à população sobre os acordos estaduais de incentivo organizados com os Investidores do Capital Privado, e trazer para o bojo de todas as tratativas, os sindicatos afetos as áreas a fins, de modo que os trabalhadores tenham acesso as ações, controle conjunto ao Estado e capacidade de manifestação e cobrança sobre as definições dos acordos envolvendo o interesse do Estado, do seu crescimento e da garantia da geração de empregos;
4. Gerar mais oportunidade de qualificação profissional das pessoas, através de cursos profissionalizantes, cursos tecnológicos, aumento de vagas nas universidades públicas;
5. Gerar um programa voltado para o primeiro emprego, através de direcionamento de jovens que buscam seu primeiro emprego formal, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho;
6. Fortalecer as políticas de economia solidária, como uma maneira cidadã e sustentável de impactar positivamente a renda familiar das pessoas;
7. Fortalecer as políticas voltadas ao trabalhador rural, à agricultura familiar, à



pesca artesanal, através do fomento de mercados agroecológicos, financiamento voltado para infraestrutura e melhoramento do trabalho no campo, das suas condições logísticas de transporte e comercialização, buscando implantar medidas que garantam vida digna no campo, impacto positivo da renda das famílias e obtenção de direitos básicos.

7.2- AGRICULTURA, PECUÁRIA e PESCA

O Estado do Rio de Janeiro possui em todo o seu território estabelecimentos agropecuários, predominantemente, produtores de lavouras temporárias, criação de bovinos e horticultura. Mas quais são de fato as suas vocações e que políticas são necessárias para fomentar o desenvolvimento desse setor? De que forma o governo pode garantir o abastecimento nos grandes centros, desenvolver os pequenos negócios e a agricultura sustentável em todo o território estadual? Tais questionamentos podem ser definidos através de ações estratégicas governamentais associadas as universidades e setor produtivo, na construção de mecanismos que possam suprir os desafios e gargalos que precisam ser vencidos.

A pecuária e lavoura de cana são mais fortes no Norte do estado, onde a área colhida de cana-de-açúcar chegou a 48 mil hectares, em 2016, segundo a Pesquisa Agrícola Municipal, bem como 660 mil cabeças de gado, pela Pesquisa Pecuária Municipal (ambas do IBGE). A horticultura, por sua vez, tem grande incidência, principalmente na região serrana do Rio, onde o clima é mais frio e chuvoso.

A ausência ou pequeno incentivo à políticas que fortaleçam e assegurem uma produção eficiente e estruturada, um complexo agroindustrial de peso

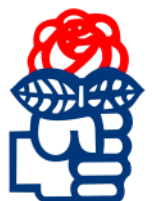


somados a forte competição de outros estados mais desenvolvidos no setor promovem a estagnação do desenvolvimento deste setor.

Além disso, a organização agrária deficiente, com baixa capitalização e produtividade, assistência técnica, facilidade de comercialização e apoio financeiro, são determinantes para subutilização desta área econômica, inclusive com grande potencial de geração de empregos.

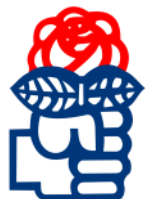
Quando retratamos a atividade pesqueira temos que o Estado do Rio de Janeiro apresenta em torno de 639 Km de litoral tendo o terceiro maior litoral do Brasil. A sua configuração fisiográfica somado a seu regime oceanográfico ímpar proporcionam ao litoral fluminense, condições adequadas ao desenvolvimento da aquicultura marinha (maricultura). Neste cenário se destacam a Baía da Ilha Grande, no litoral sul fluminense e a Região dos Lagos onde se encontram instaladas a maioria das fazendas marinhas destinadas ao cultivo de algas, moluscos bivalves e peixes. Esta atividade vem crescendo a uma taxa média anual superior a 11% e desta forma vem apresentando um papel significativo, no que tange a geração de postos de trabalho e renda para as comunidades litorâneas e pesqueiras da região. Se estima um faturamento atual em torno de R\$ 2,5 milhões/ano associado à cadeia produtiva da maricultura.

Este faturamento, a princípio, pode ser considerado tímido, contudo as tecnologias de reprodução e engorda se encontram totalmente consolidadas. A capacidade de produção instalada de oferta de pescado cultivado no litoral fluminense é incipiente para atender uma demanda que cresce significativamente. Ressalta-se que a maricultura não está apenas associada a produção de proteínas, no que tange a segurança alimentar para consumo, mas também na produção de biofármacos através da biotecnologia e biomedicina marinha.



O estado do Rio de Janeiro apresenta uma forte vocação para o desenvolvimento desta atividade e sua consolidação neste cenário, está diretamente associada ao conjunto de operações da cadeia produtiva., tais como:

1. Fortalecer o desenvolvimento agrário aumentando seu dinamismo e competitividade, promovendo ações de empreendedorismo e sustentabilidade, para a formação de uma sociedade rural com acesso livre no processo produtivo;
2. Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio com programas destinados ao pequeno, médio e grande produtor;
3. Ampliar a logística de transporte de produção para os agricultores familiares, pois geralmente as propriedades são de difícil acesso e os agricultores nem sempre possuem veículos próprios;
4. Fomentar e apoiar ações de empreendedorismo rural;
5. Fomentar através de parcerias com institutos, universidades e escolas técnicas a capacitação para profissionais do setor rural;
6. Incentivar a expansão da indústria de transformação, garantindo a qualidade e segurança dos alimentos;
7. Apoiar as instituições estaduais para ações dirigidas à pesquisa, transferência de tecnologia e capacitação de beneficiários;
8. Estimular o aumento da capacidade de produção de formas jovens de organismos cultivados;
9. Dotar as instituições de pesquisa para o desenvolvimento de ações voltadas ao fomento das atividades considerando a capacidade de suporte das áreas de cultivo;



10. Estimular e apoiar a cadeia produtiva identificando seus entraves em consolidando seus elos;
11. Atuar para a criação de mecanismos de financiamento baseados no perfil da atividade e sua respectiva cadeia de produção;
12. Apoiar a formação de redes de ação visando à otimização de recursos e parcerias técnicas;
13. Estimular a participação de parceiros para a consolidação da atividade no âmbito de agronegócio e desenvolvimento local.

7.3- INDÚSTRIA

O Estado do Rio de Janeiro tem a possibilidade de receber um considerável volume de investimentos no campo industrial. A intensificação da exploração de petróleo e gás natural dentre outras atividades industriais têm um potencial de provocar profundas transformações, acelerando significativamente o crescimento econômico. Tais eventos apontam para um desdobramento na maior geração de empregos e aumento da renda da população ao mesmo tempo que promove a expansão populacional e a infraestrutura existente.

No setor industrial, a metade da produção (50%) esta localizada na indústria extrativa (15,7%), restando à indústria de transformação algo em torno de 6,5%, contribuindo, em média, com 23% da produção industrial do estado.

A recuperação econômica do Rio precisa ser acompanhada por uma reestruturação de sua indústria, ainda muito concentrada em siderurgia, na área petroquímica e de refino.

A indústria no estado tem capacidade de articular outras atividades, como o setor de serviços, e pode levar o desenvolvimento para o interior, promovendo uma maior integração econômica do estado, incluindo a criação e consolidação

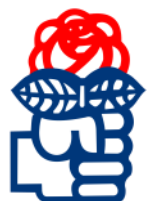


de polos industriais. Tendo em vista estas questões, teremos os seguintes compromissos:

1. Criação de um plano diretor de desenvolvimento integrado por região administrativa, a partir de uma visão conjunta dos municípios de cada região;
2. Investir na modernização da rede de distribuição e expansão da cobertura elétrica, garantindo a estabilidade no fornecimento e qualidade do serviço;
3. Investir em sistemas de saneamento ambiental aumentando a cobertura de água, estações de tratamento, rede de esgoto e coleta e destinação de lixo;
4. Incentivar e promover, através da integração com os municípios, escolas técnicas, universidades e iniciativa privada, qualificação profissional com especial atenção para educação básica e profissional;
5. Investir na adequação logística e mobilidade urbana.

Dentro do setor industrial, o setor de óleo e gás merece destaque para considerações. No início do ano de 2016, após atingir um valor abaixo de 30 dólares, o preço do barril do petróleo se recuperou, encerrando o ano com preço médio acima de 43 dólares. Embora os valores do barril não cheguem aos patamares de outrora (*boom das commodities*), há uma confirmação de recuperação do mercado para este produto, o que ainda não significa uma retomada dos investimentos.

Dados do Anuário da Indústria de Petróleo no Rio de Janeiro (Firjan - 2017) demonstram que o estado do Rio de Janeiro comparado com o Brasil, em volume financeiro, representou em torno de 60% das exportações e de 15% das importações deste mercado, durante o período de 2007 e 2016. Vale mencionar também que em 2016 o estado do Rio exportou volume recorde de petróleo (231 milhões de barris), incremento de 13% em relação ao ano anterior. Assim, o Mercado de petróleo na economia do Estado obteve saldo de US\$ 10 bilhões



em 2016, sendo um dos principais responsáveis pelo resultado primário das contas públicas do Rio. Além disso, cabe ressaltar que 66% das exportações do Rio relacionadas à cadeia foram de petróleo bruto.

O Estado do Rio de Janeiro encontra-se na província do pré-sal, região que possui maior potencial exploratório e de produção de petróleo e gás. A aproximação e parceria entre governo do Estado, universidades e demais atores do mercado, na condução de estratégias para a implantação de uma política industrial eficaz nesta área, poderá transformar o estado no centro da produção e inovação do mercado petroquímico brasileiro bem como numa potência do mercado internacional.

Além de ser uma atividade econômica de potencial arrecadação, o setor petrolífero é um grande indutor de investimentos e gerador de postos de trabalho em volume, especialização e remuneração, quando comparado ao restante do mercado.

7.4- COMÉRCIO E SERVIÇOS

Na economia fluminense, o setor de serviços concorre com quase 70% da atividade econômica, seguido das atividades industriais com, aproximadamente, 30%. Cabe destacar a participação da administração, educação e saúde públicas, defesa e seguridade social, aportando com importantes 18,2% de incremento na produção fluminense, indicando o peso significativo que os serviços públicos ainda guardam no estado.

Estes setores, que correspondem à venda de produtos e aos serviços comerciais oferecidos à população, são os que mais geram emprego e renda na economia brasileira.



Considerado como um dos propulsores do desenvolvimento econômico no País nos últimos anos, o setor ajudou a aumentar a competitividade interna e externa, gerou milhares de empregos qualificados e acelerou o progresso tecnológico.

Eles são tão presentes na vida dos brasileiros que o setor terciário corresponde a mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de tudo o que o País produz – e pela maioria da geração dos empregos formais, segundo o IBGE. Para o investidor estrangeiro são várias as opções de negócio no País, como o comércio de veículos, objetos pessoais e domésticos, combustíveis, alimentos, além das atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.

Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores constituem a segunda maior participação na área de serviços, com quase 10% e, ainda, vale destacar o peso de “atividades imobiliárias”, que superam 8% de participação no incremento produtivo.

7.5- TURISMO

O Turismo no Estado do Rio de Janeiro, mais do que uma vocação, é uma área do desenvolvimento econômico com potencial para atração de recursos. A área do turismo deve ser trabalhada para que possa ser acessível e contemple as diversidades das regiões do Estado, encarado como uma ferramenta de inclusão social, aumento da geração de empregos e promoção de oportunidades de conhecimento.

De acordo com estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), um aumento de 20% no fluxo de turistas deve gerar um incremento de R\$ 6,1 bilhões à



economia do estado.

Ações e compromissos com o setor:

1. Gerar oportunidades para todas as regiões do estado, com a proteção e o uso sustentável dos ecossistemas naturais e o fomento das nossas heranças culturais;
2. Promover o desenvolvimento turístico sustentável com inclusão social e a promoção da gestão territorial participativa, como modelo de gestão pública;
3. Implantar uma Política de Turismo a serviço do desenvolvimento sustentável regional e local;
4. Incentivar o empreendedorismo e a responsabilidade social nas regiões turísticas a partir da mobilização da sociedade e da participação da comunidade;
5. Fomentar a expansão do mercado interno para o estado (marketing e divulgação);
6. Fomentar a oferta da aviação civil do mercado interno para o estado;
7. Incentivar os grandes eventos, feiras mundiais e parcerias com agências internacionais;
8. Fomentar a melhoria dos atrativos do estado como acessibilidade, gastronomia, artesanato e infraestrutura de apoio.





Transporte e mobilidade Urbana

Tendo em vista a perspectiva de disponibilidade e compatibilidade com as demandas da população fluminense, o planejamento dos sistemas de transporte e mobilidade urbana precisam ser planejados levando-se em conta a organização do território, o fluxo de transporte de passageiros e mercadorias e os meios de transporte utilizados. Tais atributos devem buscar a conectividade entre territórios e modais por meios de projetos e serviços transversais, com articulação no planejamento, gestão e operação dos sistemas de transportes, para a formação de uma rede com elementos comuns tais como: sistema tarifário, nível de serviço, sistema de informação, padrão de oferta.

8.1- TRANSPORTE

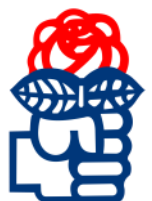
1. Fortalecimento e expansão dos modais de transportes de massas (trens, metro e barcas);
2. Revisão das concessões atuais, observando os termos contratuais, contraprestação de serviços de excelência e investimento;
3. Combater a máfia dos transportes piratas e aumentar a integração com a segurança pública no sentido de combater as ramificações com as milícias;
4. Quebrar monopólios e abrir a ampla concorrência no sentido de reduzir os preços dos transportes de ônibus e melhorar a integração, tanto nos modais da região metropolitana, como no interior do estado;
5. Linha 3 do Metrô precisa sair do papel, com responsabilidade no



investimento.

8.2- MOBILIDADE URBANA

1. Melhorar a ligação das linhas interestaduais com os transportes municipais;
2. Ampliar e estabelecer parcerias entre o estado, municípios e iniciativa privada, para transformar locais de grande circulação de pessoas, em ambientes que facilitem a circulação e integração dos modais;
3. Ampliar e fortalecer o bilhete único integrando todos os modais de transportes de massa e complementar, assim como para toda a população, é fundamental na integração;
4. Melhorar a integração com os transportes complementares, principalmente das vans;
5. Potencializar os transportes de passageiro em massa como trens e metrô, tendo em vista que ônibus e vans são transportes complementares;
6. Expandir as linhas hidroviárias através da baía de Guanabara;
7. Investir, ampliar e fortalecer as rotas rodoviárias e ferroviárias para o escoamento da produção do estado, ou de outros estados da federação;
8. Garantir as conexões adequadas das principais vias logísticas de escoamento da produção com áreas industriais consolidadas ou potenciais;
9. Garantir que a malha ferroviária esteja integrada com as demais do país
10. Garantir adequadas conexões aéreas regionais com aeroportos aptos a realizar vôos noturnos, movimentação de carga e área de alfândega quando necessária.



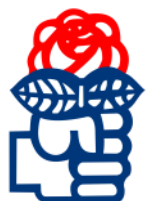


Moradia digna

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Art. 25, dispõe que toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de prover o bem-estar a si e sua família incluindo a habitação como um dos critérios para o alcance desse padrão. O Art. 6º da Constituição trata dos direitos sociais garantidos a todos os brasileiros, abarcando a moradia como um direito humano fundamental. Obriga-se então o estado brasileiro a traçar, implementar e efetivar políticas públicas que garantam de fato a moradia como um direito mínimo adquirido.

A política habitacional que queremos construir no nosso governo será voltada, conforme a recomendação da Nova Agenda Urbana da ONU, para uma abordagem que coloque as pessoas em primeiro lugar, garantindo a todos o direito de pertencimento às cidades, combatendo a exclusão espacial e facilitando, através de programas habitacionais, o acesso à moradia a preços acessíveis.

Nos centros urbanos teremos como prioridade uma engenharia social de apoio técnico às populações de baixa renda visando a melhoria da qualidade da moradia popular. Em áreas rurais será estimulado um mapeamento das populações pouco assistidas, que vivem em moradias precárias, com dificuldade de acesso aos serviços públicos, prestando suporte técnico aos municípios mais pobres com dificuldades na formulação de programas de ordenamento territorial municipal.



A demanda por moradia no Estado do Rio de Janeiro mostra-se relevante, constituindo-se ao mesmo tempo, em significativo indicador de pobreza e desigualdade sócio-espacial, aspecto em especial da região metropolitana. Precisamos garantir o desenvolvimento de cidades saudáveis, democráticas e seguras, através das seguintes ações:

1. Estimular a associação dos diversos programas de habitação popular, oriundos dos vários entes federativos, inclusive o MCMV, ao comércio e aos serviços;
2. Fomentar a relação com centro de pesquisa e universidade na inovação de projetos habitacionais, desenvolvimento de novos materiais e soluções sustentáveis para habitação popular;
3. Construir indicadores que orientem as políticas sobre condições de habitabilidade na elaboração de programas habitacionais nas comunidades;
4. Revitalizar a política habitacional do estado desenvolvendo estratégias que tenham como foco a integração das regiões e as necessidades da população mais vulnerável;
5. Promover programas de reforma e modernização de edifícios e de recuperação de áreas centrais degradadas.



10

Combater a desigualdade e garantir direitos

A Política Pública da Assistência Social vem sofrendo transformações consideráveis nos últimos 20 anos. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), apresentou em 1993 um novo modelo de assistência que se concretizou em todo o país através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, cujas bases de implantação foram consolidadas em 2005, organizando programas, projetos e serviços na perspectiva de sairmos da medíocre ação beneficente para, de uma vez por todas, legitimarmos a promoção dos direitos socioassistenciais.

Pensando na Assistência Social como política pública em um estado com regiões tão heterogêneas quanto o Rio de Janeiro, nos obriga a não só seguir os ditames da legislação pertinente, no quesito da descentralização dos serviços socioassistenciais quanto a ter um retrato das regiões e seus municípios, com suas vulnerabilidades e potencialidades. Nesse sentido, é salutar o advento recente de uma política estadual de assistência social, através da Lei Nº 7966/2018, como eixo norteador das ações para essa área, orientando o planejamento e sempre tendo como foco a proteção às pessoas diante de circunstâncias que as vulnerabilizem. Isso requer uma competente avaliação e um georreferenciamento atualizado, alimentados por um constante diálogo com

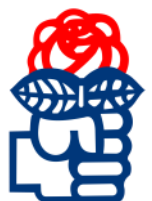


a população assistida.

Certamente essa política pública, uma vez assegurada, vem ser a maior e o melhor instrumento para os gestores enfrentarem os problemas de desigualdades existentes nos segmentos populacional e regional. Todavia, as iniciativas realizadas até o momento revelam enormes fragilidades, com o acirramento das disparidades sociais e a desproteção social daqueles que mais precisam ter seus direitos assegurados, que é a parcela mais empobrecida da população. Neste viés, as multiformas da desigualdade desafiam gestores a pensarem de forma ampla e transversal para a ascensão social e a melhoria da qualidade de vida desses segmentos socialmente vulneráveis e excluídos.

É essencial a construção de um governo cuja estrutura esteja voltada aos anseios e necessidades dessa população com a finalidade de potencializar os municípios menos estruturados e sua rede socioassistencial buscando a garantia da universalidade e equidade dos serviços de forma pública, ampla e integral.

As instituições responsáveis pela gestão da assistência social, em seus diferentes entes federativos, necessitam superar os limites e entraves decorrentes da crescente focalização dos benefícios, programas, projetos e serviços e a inabilidade na distribuição dos recursos destinados a essa área. Cabe ao Estado, portanto, para a consolidação da política da assistência social, o acompanhamento, a qualificação e assessoramento das ações desenvolvidas pelos municípios. Os operadores do SUAS, atores indispensáveis deste processo, têm a responsabilidade de ressignificar esta política, considerando os espaços de atuação profissional e suas variáveis de complexidade que se apresentam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). A oferta



efetiva de serviços se fará de acordo com o estudo regional em consonância com a proposta de cada município, adequando e ampliando as propostas de atuação.

10.1-REDE DE SERVIÇOS SÓCIOASSISTENCIAIS - Planejar e Reordenar para Melhor Atender.

A rede de proteção social do Estado do Rio de Janeiro necessita de um diagnóstico que revele as reais necessidades e demandas da população assistida, nas diversas regiões e territórios, possibilitando uma maior integração dos serviços socioassistenciais que se traduza em uma melhor equidade na oferta. A rede é um processo a ser trabalhado constantemente e não se finda em si mesmo, não se valida através de relações interpessoais e sim em critérios técnicos e institucionais. Precisamos fortalecer o reordenamento institucional, disponibilizando uma ferramenta de gestão, tanto para os responsáveis pela efetivação da política estadual de assistência social, como para o sujeito usuário dos serviços, em seus vários níveis de complexidade. Para tal, criaremos o Sistema Estadual de Informação Integrada e Monitoramento dos Serviços Socioassistenciais.

10.2- POLÍTICA PÚBLICA PARA A PESSOA IDOSA

Em razão do aumento considerado dessa população nas últimas décadas no Brasil, com destaque para o Rio de Janeiro, com cerca de aproximadamente 18% do total do país (PNAD Contínua/2016), sugerindo inclusive um envelhecimento mais acelerado no Estado que na média nacional, torna-se cada vez mais urgente não só darmos continuidade aos programas, projetos e serviços já disponibilizados a esse segmento populacional, intensificando a oferta aos grupos mais vulneráveis, como potencializar essa oferta através de



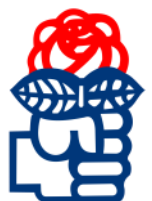
um estudo das necessidades prioritárias, considerando as diversidades de renda, moradia, saúde e graus de dependência.

Quando se pensa na política para a pessoa idosa há que se debruçar sobre estratégias que singularizem esse segmento tão heterogêneo e diverso em suas necessidades. O atendimento integral a ser disponibilizado, como requer as legislações pertinentes, solicita uma justa integração entre as políticas públicas de assistência social e de saúde, reforçando e assegurando-o como direito do cidadão e responsabilidade do estado. Faz-se necessário trabalhar com o modelo de gestão intersetorial, composto por técnicos das duas áreas, no propósito de pensar níveis de intervenção mais efetivos no atendimento aos idosos.

A qualidade dos serviços disponibilizados a pessoa idosa depende portanto da estruturação da rede socioassistencial, da qualificação e da valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS.

10.3- POLÍTICA PÚBLICA PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE

O Estado do Rio de Janeiro vem apresentando um crescimento constante de violência contra crianças e adolescentes, principalmente nos últimos cinco anos, trazendo para os gestores a necessidade de ampliar, potencializar e aperfeiçoar os serviços voltados a esta camada da sociedade. Mais uma vez a palavra-chave para a efetividade das ações é integração. Todos os serviços ofertados devem estar integrados, pensando nestes atores de forma única, considerando sua história, região e anseios. Precisamos pensar as ofertas de serviço de forma descentralizada, considerando os indicadores locais, a rede de apoio familiar e comunitária para que gradativamente possamos romper a cultura da oferta em grande escala, que não vem dando certo e nos leva aos números atuais de adolescentes ausentes de todas as políticas que lhe



garantiriam melhores possibilidades futuras.

Neste viés, pretende-se:

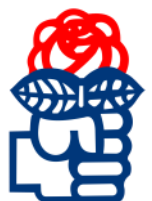
1. Apoiar empresas públicas e privadas e as universidades afim de assegurar a capacitação e a qualificação profissional de adolescentes e jovens em busca do primeiro emprego; g
2. Garantir a implementação de espaços de vivência intergeracionais, nas regiões com menor IDH e IDF, para o surgimento de novas atitudes e valores que resgatem e promovam noções de respeito a vida e a diversidade.

10.4- POLÍTICA PÚBLICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A política pública para pessoa com deficiência exige um trabalho intersetorial em sua construção. Portanto, é importante considerar fatores contextuais (ambientais e pessoais), acessibilidade e a participação da pessoa com deficiência na sociedade, sendo fundamental a ampliação das condições de exercício da cidadania, assim como sua inserção no mercado de trabalho, assegurando seu acesso aos serviços públicos oferecidos.

Não basta ao estado criar leis que assegurem direitos ao público referenciado, visto que isto já existe. Precisamos avançar no cumprimento e aperfeiçoamento destas, realizando de fato a garantia dos direitos.

Nossa proposta vem no sentido de implementar ações para o devido cumprimento da legislação de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, articulando as três esferas de governo e a sociedade civil e incentivando a realização de capacitação para os trabalhadores que atendem



este público específico.

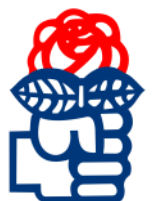
10.5- POLÍTICA PÚBLICA PARA MULHER

As mulheres representam hoje 51,6% da população brasileira e 43,7% da população economicamente ativa do país (PNAD/2014). No Estado do Rio de Janeiro, este contingente populacional está representado por 44,3% (PNAD contínua, 1º trimestre 2018). Historicamente, observamos que as políticas públicas não foram capazes de proporcionar equidade a este público, considerando as diferenças que vão para além da remuneração e empregabilidade. Isso se agrava ainda mais quando falamos de mulheres, chefes de família, vivendo em condições de extrema pobreza.

Portanto, é preciso fomentar o empreendedorismo das mulheres, criando oportunidades no acesso e permanência na educação e cursos profissionalizantes através de instituições públicas e privadas. Importante também reorganizar a oferta de vagas em creches nos municípios, a luz de um diagnóstico sócio-territorial. Quando pensamos na questão da violência contra a mulher, toda a rede de atendimento precisa ser fortalecida, além de focarmos em campanhas educativas na rede pública de ensino, abordando também questões acerca das doenças sexualmente transmissíveis e da prevenção da gravidez infantil e juvenil.

10.6- POLÍTICA PÚBLICA DE IGUALDADE RACIAL

O nosso governo se compromete com a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo, em busca de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.



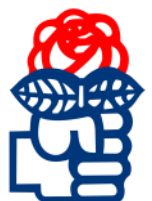
Nesse sentido, será prioridade consolidar, por meio da adoção de ações afirmativas e compensatórias, políticas públicas capazes de corrigir as desigualdades raciais e promover a igualdade de oportunidades. É necessário que a discriminação e o preconceito, relativos as questões étnico raciais, dentre elas o racismo, seja combatido em todos os espaços institucionais do governo e seu enfrentamento se dê em todos os níveis, na formulação das políticas sociais, no cotidiano dos fazeres profissionais e na prioridade das ações, garantindo assim o Direito e a Justiça Social.

Dentre as ações pela igualdade racial pretendemos:

1. Estimular, através dos órgãos estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação, estudos voltados aos temas referentes às questões pertinentes à população negra;
2. Fortalecer, o livre exercício de cultos religiosos de matriz africana e a proteção aos locais de culto e suas manifestações, através de campanhas educativas nas instituições de ensino e materiais informativos nos diversos órgãos estaduais;
3. Consolidar a plena execução do Plano Estadual de Promoção da Liberdade Religiosa;
4. Garantir, uma maior representatividade de negros e negras nos órgãos do executivo estadual;
5. Combate a toda forma de injúria racial e racismo.

10.7 – POLÍTICA PÚBLICA PARA A DIVERSIDADE SEXUAL

Nas últimas décadas temos observado avanços na mobilização societária



no que se refere ao reconhecimento institucional dos direitos sexuais enquanto direitos humanos. Tal mobilização tem sensibilizado a sociedade civil, que passa a exercer junto ao Estado o efetivo controle social das políticas públicas.

A partir das recomendações da Conferência de Durban em 2001, o Brasil criou o Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNDD, com vistas a enfrentar e combater a discriminação por orientação sexual. Desde 2004, com o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia, o governo federal tem financiado uma série de ações direcionadas ao enfrentamento e fortalecimento dessa questão.

Todos esses avanços exigem um olhar com respeito às demandas de grupos minoritários e de grupos discriminados. A população composta pelos mais diversos tipos de orientação sexual encontra-se no rol dos que carecem de políticas públicas específicas, políticas estas, de combate ao bullying, à homofobia e ao preconceito.

Nosso governo caminhará no sentido de garantir a implantação de políticas afirmativas e da promoção de uma cultura de respeito à diversidade sexual, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social, bem como desenvolvendo e aprofundando as ações de combate à discriminação e promoção da cidadania LGBTQI+ nos marcos do programa Brasil sem Homofobia. É necessário também promover ações combinadas entre as políticas de educação, saúde, cultura e geração de emprego e renda, visando incidir mais diretamente na qualidade de vida e no combate à violência e à discriminação.

10.9- INCLUSÃO PRODUTIVA E SEGURANÇA ALIMENTAR



A definição da constituição federal sinaliza que dentre os objetivos da assistência social está “a promoção da integração ao mercado de trabalho (Art 203, inciso III). Com os recordes de desemprego que estamos vivenciando em nosso Estado e todas as demais crises que estão interligadas a esta questão, a atenção a este público excluído do mercado de trabalho ou atuando em frentes de subempregos, vem se associar ao campo da Assistência Social.

Uma vez que estamos amparados pela Constituição e pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Art 25), precisamos ratificar que a assistência social é um direito de todos.

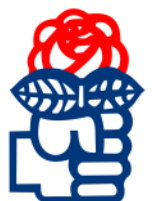
Quando pensamos em inclusão produtiva, diversos questionamentos se apresentam em nossas mentes: Quem, onde e como iremos incluir?

Diante de tantos desafios nosso governo vai estabelecer critérios e metas que venham operacionalizar a vigilância territorial que apresentem as vocações municipais e o perfil da população que se encontra fora do mercado de trabalho e precisa ser absorvida para potencializar o desenvolvimento do mercado e a superação da sua invisibilidade econômica.

As parcerias serão de extrema importância para darmos um salto qualitativo neste item, que se iniciará através das parcerias com instituições que possuem largo conhecimento nesta área como Sebrae, Firjan e o Sistema S.

- **SEGURANÇA ALIMENTAR**

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n2 – Agenda 2030, retrata sobre a segurança alimentar, apontando que todas as pessoas devam desfrutar de um padrão básico de vida, inclusive por meios de proteção social. A

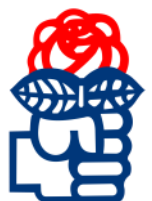


prioridade, então, ratifica que a pobreza deve ser erradicada e a desnutrição atacada de todas as formas.

“No Brasil, a segurança alimentar e nutricional significa garantir a todos, alimentos de qualidade, em quantidades suficientes, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais...” (ODS). Aprendemos, diante desta colocação, que não basta termos disponibilidade, é necessário garantir acesso aos alimentos.

Não podemos apresentar propostas que venham minimizar os impactos da insegurança alimentar, pois já estamos atrasados no caminho que devemos traçar para alcançar a segurança alimentar e nutricional. Apresentamos então, as propostas do nosso governo para garantir o descrito na Agenda 2030:

1. Reabrir, após avaliação das necessidades, os restaurantes populares;
2. Ampliar a discussão sobre SAN dentro da esfera pública, dialogando com conselho e sociedade civil, buscando soluções técnicas para ampliação desta política;
3. Garantir investimentos para a agricultura familiar, pesca artesanal e microempreendedor de segmentos alimentícios;
4. Ampliar o mapeamento do Estado da produção agropecuária para possibilitar estudos efetivos na realização de novas políticas;
5. Criar banco de dados estadual do pequeno produtor rural fornecedor, a fim de estimular e garantir sua participação nos contratos públicos do Estado e, conseqüentemente, garantir a subsistência do seu trabalho e produção.



11

Esporte e Lazer

O esporte e o lazer são ferramentas educacionais que ensinam valores fundamentais como trabalhar em equipe, respeitar as regras e os adversários, se superar nas adversidades, ter autocontrole e viver em coletividade. São portanto, indutores do desenvolvimento humano, pensando o cidadão de forma integrada e promovendo a melhoria da qualidade de vida dos moradores das cidades.

O Rio de Janeiro respira esporte e lazer. Por onde se passa, em qualquer bairro ou cidade, pessoas fazem caminhadas, andam de bicicleta e conversam sobre seu time do coração, criando e estreitando laços de amizade e convívio social, num ambiente que é a cara do Rio.

Além de uma ampla estrutura física, suas belezas naturais são um convite à prática de esporte e ao lazer. Trata-se de uma vocação natural do estado e de seu povo, que precisa ser estimulada e aproveitada como política pública de extremo potencial econômico e de inclusão social.

O crescimento urbano, sem planejamento, vem reduzindo cada vez mais os espaços para prática de atividades esportivas e de lazer, porém, a ausência de políticas que promovam e valorizam o desporto, em todos os níveis, certamente é a principal razão com que a população deixe de se beneficiar plenamente destas atividades.



Não se pode permitir que nosso povo se distancie de sua vocação, sua história, e dessa importante ferramenta de convívio e inclusão social e que atraí turistas do país e do mundo inteiro, confirmando a fama de bom acolhedor da população do Rio, com braços abertos como o Cristo Redentor, nosso mais conhecido cartão postal.

Devemos lembrar que o desporto e lazer é um direito constitucional, previsto no artigo 217 da Constituição Federal que define o esporte como dever do estado e direito de cada um, reforçando o compromisso de democratizar o acesso às atividades esportivas como parte da formação integral de crianças, adolescentes e jovens, bem como da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, com uma seção destinada ao desporto, estende o direito às pessoas com deficiência e valorando o apoio aos esportes profissionais, amadores e no âmbito educacional.

Todavia, não se cumprem as constituições no âmbito da formulação e execução de políticas públicas nessa área. Dados do orçamento de 2018 demonstram que somente 0,07% do montante orçamentário está destacado para o desporto e lazer, e no ano de 2017, apenas 0,05% do orçamento foi de fato executado, corroborando a falta de atenção do governo estadual nesta fundamental função de governo.

O esporte transforma vidas. Seus benefícios ultrapassam a melhoria na saúde e alto estima do indivíduo, para alcançar um estilo de vida saudável e proativo, que em muitos casos resgata pessoas em situação de vulnerabilidade social, transformando-os em atletas consagrados, como o caso da campeã olímpica de judô, Rafaela Silva, descoberta na comunidade da Cidade de Deus, na capital do estado, dentre tantos outros exemplos de superação através do esporte.



É importante, por fim, ressaltar que o esporte também deve ser um importante aliado no combate às drogas, que além de destruir vidas e famílias, capta milhares de jovens para o tráfico, resultando no encarceramento maciço da juventude brasileira, que representa 55% da população carcerária, além da perda de inúmeras vidas na guerra entre facções e no enfretamento com o Estado, num contexto de uma política fracassada de segurança pública.

É preciso que sejam implementadas políticas integradas, sobretudo com a Educação, Saúde e Assistência Social, como ferramentas essenciais para a prevenção ao uso de drogas e resgate de pessoas vitimadas por esse flagelo, gerando oportunidade para reconstruir histórias de vida.

- Conexão Esporte

Em que pese a vocação da população do Estado à prática de atividades desportivas e de lazer, é preciso que o poder público estadual promova meios para fomentar o acesso e integrar ações.

A educação integral nas escolas estaduais tem o esporte como um dos pilares à formação completa do estudante, devendo o gestor público articular-se com a Educação para alargar as possibilidades de resultados decorrentes do crescimento desta política educacional.

A exemplo de outros países, onde as escolas e universidades são berços formadores de grandes atletas, como também pessoas que desenvolveram a cultura de práticas esportivas em suas vidas, o Estado do Rio de Janeiro detém total condição e vocação para formar campeões, sejam nas modalidades esportivas, seja na formação de cidadãos transformadores de nossa sociedade.



É fundamental, neste sentido, a promoção de políticas integradas com os demais entes federativos, assim como o alinhamento intersetorial entre as funções de governo, conectando o esporte e lazer às demais políticas, preponderantemente na esfera de prevenção aos riscos de saúde e combate nas causas da criminalidade, não obstante seu imenso potencial no fomento ao turismo e demais áreas de governo.

As leis de incentivos ao esporte, assim como benefícios financeiros, descolados de uma gestão integrada, que respeite a vocação de cada região e a individualidade do cidadão, não promoverão os efeitos esperados sem gestão, sendo fundamental a implementação de tecnologias que facilitem o fortalecimento da conexão esportiva, gerando uma atmosfera que estimule a prática esportiva e de lazer no estado.

- Educação e Esporte

No término do primeiro governo do saudoso Leonel Brizola, em 1987, o orçamento do estado para a função Educação representava em torno de 22% do montante, realidade totalmente oposta da atual, em que o governo direciona menos da metade daquela época e ainda tem suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado por não atingir o mínimo constitucional na aplicação de receitas de impostos na área de educação, enquanto se empenha mais de 17% do orçamento em Segurança Pública, invertendo totalmente a lógica de educação para a de punição, sobretudo atingindo a população mais pobre.

Passados mais de 30 anos da implementação dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs, idealizado pelo ilustre Professor Darcy Ribeiro,



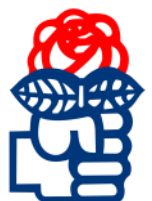
restaram poucas unidades onde se constata algum resquício da revolucionária política de educação em tempo integral, que possibilitou aos estudantes da rede pública do estado uma formação integral, unindo educação às artes, cultura, esporte, lazer e formação profissional.

Dentre os diversos resultados nefastos da degradação do ensino integral está um alto nível de evasão escolar, expondo nossa juventude as diversas formas de vulnerabilidade social. Dados do Poder Judiciário do estado demonstram que 83% dos menores infratores já tinham abandonado a escola, podendo o esporte ter uma atuação crucial para reverter esse cenário.

É preciso resgatar a integração da educação com o esporte e lazer, numa política transversal com a segurança pública e demais funções de governo, fazendo com que o Estado volte a investir mais em educação e menos em segurança pública, num movimento de redução da criminalidade e aumento de oportunidades.

É inconcebível a ausência de jogos escolares, em suas diversas modalidades esportivas, num estado que foi palco da última olimpíada e detém de equipamentos mais que suficientes para serem amplamente utilizados em competições que gerem integração e motivação aos nossos estudantes. Da mesma forma a participação de nossos estudantes nos jogos escolares nacionais deve ser amplamente garantida e potencializada.

A ligação entre a atividade esportiva escolar, com o esporte amador e de alta performance necessita ser aprimorada, numa espiral de fortalecimento do desporto e lazer com a esfera educacional.



Neste sentido, é preciso aperfeiçoar as relações com o Ministério da Educação, a fim de garantir maiores recursos via Fundo Nacional de Educação, para potencializar as escolas, revitalizando e expandido os equipamentos esportivos, assim como aumentando a capacidade de atendimento aos estudantes e populações do entorno escolar, inclusive explorando horários além dos turnos escolares.

É necessário ainda elevar os investimentos em educação, combinando a melhoria da gestão das finanças do Estado com o aumento das parcerias entre a união, municípios, iniciativa privada e sociedade civil, a fim de que a gestão da educação não seja uma mera busca de manutenção do custeio para desenvolver-se integradamente, sobretudo no fomento às práticas esportivas nas escolas.

- Incentivo ao Esporte Amador

É de suma importância a qualificação dos instrumentos de incentivo ao esporte amador, com vista a democratizar o acesso ao desporto pela população do estado.

Para tanto, torna-se imperioso o apoio de empresas que patrocinem nossos atletas amadores, não obstante políticas públicas dotadas de recursos para atingir áreas que carecem de atividades esportivas e que apresentem falta de oportunidades, combinadas com altos índices de criminalidade. Grandes campeões, por vezes, nascem das maiores dificuldades, devendo ocorrer o aperfeiçoamento das parcerias para amplo acesso ao desporto em todas as regiões do estado.

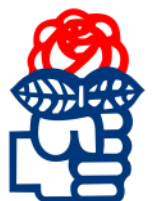


É preciso ressaltar que num ambiente de crise econômica e escassez de recursos públicos, é fundamental priorizar projetos com extremo impacto social e reduzidos custos, buscando fazer mais com menos, por meio de políticas que se coadunem com a participação da comunidade, visibilidade aos patrocinadores e fixação de limites de gastos condizentes ao projeto, evitando qualquer espécie de desperdício ou falta de resultado na ponta.

Neste sentido, é importante aperfeiçoar os mecanismos de envolvimento da sociedade civil junto as comissões avaliadoras dos projetos, fazendo com que a fiscalização seja ampliada e a gestão mais transparente e melhor monitorada.

Por outro lado, são inúmeros os casos de associações de esportes amadores que fomentam a prática esportiva por todo o estado, prestando um enorme serviço público com seus próprios recursos e sem qualquer apoio do poder público. A implementação de mecanismos que facilitem e estimulem tais iniciativas, sem restrições a determinadas modalidades, unindo tecnologia e conectando órgãos de governos será de grande valia no incentivo ao esporte amador junto à sociedade civil organizada.

Também na esfera do esporte amador, a integração com a segurança pública pode ser extremamente exitosa. São diversos os casos de policiais que se dedicam, mesmo sem qualquer apoio do estado, a projetos esportivos que evitam que crianças e jovens sejam alçados pela criminalidade. A implementação de políticas de desporto amador em parceria com profissionais do estado, municípios e união, pode ser um poderoso instrumento de integração do policial, professor e demais profissionais com a comunidade, gerando a sinergia necessária para que as políticas sejam mais eficientes, humanas e com melhor impacto social.



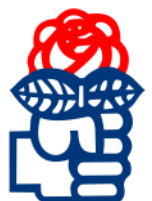
Por último não se pode deixar de qualificar os instrumentos legais de relação com o governo federal, valendo-se das Leis de Incentivo ao Esporte, assim como junto aos órgãos municipais de esportes e lazer, para formulação e execução de políticas integradas por todo o estado, valorizando as vocações esportivas de cada região, porém gerando condições para que todo o cidadão tenha acesso à modalidade esportiva que preferir. Neste sentido, é fundamental ainda o suporte ao para-desporto, integrando as pessoas com deficiência, para o crescimento do esporte amador e de alta performance.

- Turismo Esportivo

O turismo esportivo tem um enorme potencial a ser explorado. A cada dia aumenta o número de turistas que buscam lugares propícios à prática dos mais diversos esportes, sendo o Estado do Rio de Janeiro palco perfeito tanto para a prática de esportes, como para participar de eventos esportivos que se realizam rotineiramente pelo estado.

Tendo em vista as belezas naturais do Rio de Janeiro, a vertente do turismo esportivo em locais onde predomina o contato com a natureza; flora, fauna e ecossistemas gera um perfeito ambiente de atratividade que aliado a uma política de sustentabilidade, tem enorme potencial para erguer o turismo esportivo como um grande fator de desenvolvimento econômico e social, incrementando novas receitas para aliviar os combalidos cofres estaduais.

Não obstante, grandes eventos esportivos que ocorrem diariamente no estado, devem ser melhores explorados para que não só os turistas retornem ao Rio, mas também para que a população mais pobre tenha a oportunidade de



participar, já que os altos custos dos ingressos restringem o acesso da população nativa aos espetáculos esportivos que ocorrem em sua região.

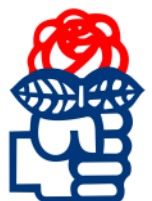
Em outra vertente, é fundamental a formulação de parcerias com a iniciativa privada e prefeituras, para que sejam aperfeiçoados os mecanismos de acolhimento e mobilidade do turista por todas as regiões do estado, considerando a diversidade de locais que ocorrem os eventos em todo o território fluminense e a escassez de políticas de mobilidade e sinalização para o turismo.

A formação e multiplicação de agentes de turismos regionais deve ser ainda amplamente implantada para garantir a segurança e viabilizar e informação ao turista, sobretudo em relação a prática de esportes radicais e de aventuras, servindo ainda de importante mecanismo de qualificação profissional para desenvolvimento econômico do estado.

A promoção do turismo esportivo também deve ser expandida para além de períodos sazonais. A criação e promoção dos roteiros desportivos e de lazer em cada região irá possibilitar que sejam explorados atrativos das cidades, gerando renda para o ano inteiro, devendo o estado atuar no fortalecimento dos meios de divulgação, assim como no desenvolvimento da infraestrutura regional de acesso a tais atrativos.

- Multiplicando Campeões

Não são raros os exemplos de atletas e até ex-atletas profissionais que se empenharam em criar projetos sociais voltados a população pobre. Mesmo sem apoio do estado, em muitos desses núcleos esportivos são formados diariamente campeões, graças ao esforço e exemplo de seus fundadores,



conciliado com a dedicação de pessoas que agarraram essa oportunidade de transformar sua trajetória de vida.

O potencial de captação de parcerias com empresas que desejam associar suas marcas a grandes atletas, com a chancela e incentivos do poder público é extraordinário, porém insuficiente.

Numa realidade de tantos escândalos de corrupção e outros péssimos exemplos de pessoas públicas que deveriam zelar pela população, a formulação de políticas que motivem às pessoas a obter méritos trilhando um caminho de perseverança e honestidade é de grande importância para os tempos atuais.

A criação e aperfeiçoamento de projetos junto a grandes atletas de todas as regiões do estado será altamente favorável a formação de jovens que buscam boas referências na construção de suas vidas.

Não obstante tais ações, o poder público precisa investir na formação de gestores esportivos que sejam multiplicadores de práticas de esporte e lazer, sobretudo em comunidades carentes. Para tanto, é salutar estreitar parcerias com as universidades para transmissão de conhecimentos na esfera esportiva, formando e acompanhando pessoas que possam colaborar como multiplicadores em suas comunidades em todo o território, numa rede de integração entre estado, prefeituras e entidades civis.

É preciso que o Rio de Janeiro não se limite somente ao investimento em grandes eventos, mas passe também a investir em ações de pequeno porte e reduzidos custos, que garantam a continuidade das políticas de esporte e lazer e seja capaz de fomentar uma atmosfera cultural-esportiva característica de



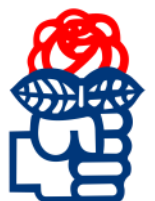
cada região, como fator relevante para o desenvolvimento humano da população.

Por fim, um olhar diferenciado deve ser direcionado para regiões com baixa atividade desportiva, como em cidades da Baixada Fluminense na Região Metropolitana e no Noroeste Fluminense. A valorização de potencialidades esportivas regionais, a melhoria de equipamentos e fornecimento de insumos básicos às práticas esportivas e aperfeiçoamento da infraestrutura de acesso e desenvolvimento desportivo local é fundamental para obtenção de resultados em curto prazo, priorizando áreas de maior vulnerabilidade social.

- Valorização de Áreas Esportivas

A centralização das políticas de esporte e lazer na capital nos últimos anos, tem causado um enorme desequilíbrio com as demais cidades das regiões do estado e até mesmo dentro da própria capital. Apesar do chamado legado olímpico, como também por força de grandes estruturas de estádios de futebol e clubes desportivos que se formaram ao longo de décadas devido tal centralidade.

Enquanto municípios da Baixada Fluminense tem uma escassa estrutura esportiva, muitas vezes concentradas em clubes frequentados pela população que consegue pagar, o poder público não sabe o que fazer para manter "elefantes" implantados na capital que geram grandes prejuízos à população e não atendem à população carioca, sobretudo as residentes em regiões de favelas, onde a disputa acirrada por um espaço para residir não permite mínimas áreas de esporte e lazer.



Por outro lado, esportes praticados em áreas abertas, não intimamente dependentes de equipamentos públicos, são explorados pela população na medida em que ao menos o acesso a tais áreas e condições ambientais lhe sejam minimamente garantidos.

É preciso democratizar o acesso ao desporto e lazer, retirando barreiras e facilitando acessos para que toda a população usufrua dos benefícios que estas áreas podem trazer, equilibrando ainda a promoção de políticas e os investimentos em equipamentos desportivos.

Neste sentido, reformas em quadras poliesportivas nas escolas e adaptação de espaços públicos para prática de esportes de luta, podem ser medidas a serem implementadas com reduzidos custos de investimentos, valendo-se estruturas já existentes.

Da mesma maneira, a restauração de campos e quadras de futebol, deve ser amplamente realizada, combinando a utilização de mão-de-obra do estado e da sociedade civil, combinado com a implementação de políticas de adoção de áreas, juntamente com a prefeitura. Neste sentido, devem ser formuladas iniciativas que utilizem a mão-de-obra carcerária, como ferramenta de reinserção social e baixo custo.

A prática de esportes radicais, de aventuras e de praia também deve ser estimulada pelo governo do estado, articulando-se com o turismo esportivo e as parcerias com entidades privadas que necessitam de maior incentivo do poder público para melhorar o desenvolvimento econômico de suas localidades.

Por último, é preciso melhor explorar os equipamentos do legado olímpico, assim como estreitar as relações com os clubes que detém



equipamentos e profissionais preparados para incrementar os esportes de ginástica e atletismo, revitalizando o potencial olímpico e paraolímpico de nosso povo, assim como favorecendo o crescimento dos esportes amadores.

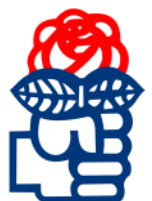
- Parcerias Público-Privada Transparentes

Atualmente o Estado do Rio de Janeiro dispõe somente de uma parceria público-privada. Trata-se concessão administrativa para a gestão, operação e manutenção do Estádio Mario Filho (Maracanã) e do Ginásio Gilberto Cardoso (Maracanãzinho), bem como a realização de obras incidentais estabelecidas no contrato – PPP Maracanã, objeto de críticas pelo Tribunal de Contas do Estado, embora o imenso potencial turístico que envolve a mística do estádio do Maracanã e toda sua estrutura que o rodeia.

O aperfeiçoamento das PPP's, implementando medidas de transparência, valores diferenciados às populações pobres e clara definição dos investimentos pelo cessionário, devem ser aplicadas em casos que não seja viável a gestão direta pelo poder público.

Todavia, é preciso avançar para além das parcerias previstas na Lei das PPPs, incrementando mecanismos de amplo alcance social por meio das estruturas públicas e privadas nos municípios, de modo a potencializar os equipamentos mais próximos à população, principalmente em regiões do Estado carentes de maiores equipamentos.

As parcerias com as associações esportivas, clubes e prefeituras, visando o aproveitamento dos espaços com contrapartidas estaduais em bens e serviços, que evitem onerar o orçamento do estado, podem ser utilizadas para



valorizar espaços subutilizados. A gama de imóveis desocupados ou mal utilizados pode ser uma importante contrapartida.

Neste sentido, é fundamental o suporte dos órgãos de controle externo e comissões público-privadas de monitoramento, dando transparência e fiscalizando a todos os convênios e objetivos pactuados.

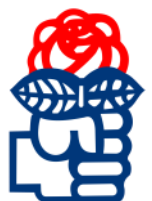
- Esportes ao Ar Livre

A natureza privilegiada do estado é palco ideal para ao lazer e a prática de esportes ao ar livre. Caminhadas, corridas, trilhas, ciclismo, surfe, futevôlei são algumas das modalidades que permeiam a paisagem do Rio, merecendo maior incentivo para que a população usufrua dos nossos cartões postais, que muitas vezes são explorados de modo restritivo às pessoas mais pobres.

É essencial ampliar a integração do desporto e lazer nestas áreas com políticas de meio ambiente, saúde, educação e segurança pública, assim como melhorar a articulação com as prefeituras, principalmente nas questões de ordem pública e limpeza urbana, a fim de viabilizar o livre exercício dos benefícios naturais que a natureza dispôs ao Rio.

Em geral as modalidades esportivas ao ar livre demandam menores investimentos e maior capacidade de agregar pessoas, devendo o poder público promover e apoiar parcerias que estimulem os acessos e estimulem permanentemente estas modalidades em cada região, ressaltando as potencialidades dessas modalidades nas Regiões Litorâneas, Costa Verde e Metropolitana.

- Integração Esportiva com Municípios



O distanciamento das políticas de esporte e lazer com os municípios é um dos principais gargalos que a enfraquece no estado. O poder local é o que mais se aproxima da população e deve ser fortemente alinhado com governo federal, num movimento de transversalidade entre os órgãos que compõem cada ente federativo.

É preciso que o estado assuma seu protagonismo na integração das políticas de esporte e lazer com os municípios, realizando, permanentemente, encontros com os secretários municipais e gestores desta área, bem como fomentando a participação da iniciativa privada e sociedade civil. Para tanto é fundamental uma gestão com inteligência e tecnologia, visando promover esta integração com o menor dispêndio de recursos humanos e materiais possíveis.

Faz-se necessária ainda a formulação de uma agenda de atividades atualizadas constantemente, assim como a realização de eventos intermunicipais, que fomente a troca de experiências e a oferta de modalidades esportivas entre as regiões, fortalecendo os laços de amizade e integração as populações de cada município, principalmente em áreas onde se verificam menor incidência de práticas esportivas.

- Esporte para Todos

O desequilíbrio regional dos investimentos, combinado com a insuficiência das políticas de esporte e lazer causaram enormes bolsões de ausência dessa política no estado.

Enquanto na capital há uma grande oferta de esportes e lazer, necessitando ser aperfeiçoadas e disseminadas para todas as zonas do



município, outras cidades carecem de equipamentos básicos e políticas de promoção e acesso para toda a população, principalmente em relação às pessoas idosa e em áreas mais pobres.

O governo do estado precisa favorecer o desporto e o lazer para todos, evitando que os esforços estejam unicamente concentrados em algumas áreas.

Para tanto é preciso promover a utilização de ferramentas de capacitação e multiplicação de gestores, a fim de formar e qualificar uma rede capaz de captar e empreender recursos que incentivem o desporto e lazer em suas localidades, promovendo o alinhamento com o poder público e a iniciativa privada.

- Idoso em Movimento

O Rio de Janeiro é o estado com maior parcela da população idosa do país. São quase um quinto da população com idade superior a 60 anos de idade, segundo o IBGE.

Segundo especialistas, os benefícios relacionados às atividades físicas para a pessoa idosa, ministrada por profissionais que estejam preparados para atender a esse público, são imensuráveis e representam uma importante medida para um envelhecimento saudável e melhoria da qualidade de vida dessa população.

É preciso estabelecer uma agenda prioritária de atividades que promovam o maior alcance a esta população, valendo-se do amplo uso de equipamentos públicos e até privados, quando da inexistência de espaços públicos adequados, valorizando as potencialidades naturais de cada região,



assim como empreender medidas que atendam pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social e econômica.

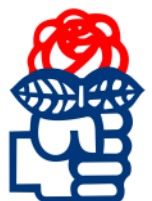
Outra questão essencial é implementar políticas para que seja evitada a descontinuidade de projetos e ações que já obtiveram êxito em agregar pessoas e formar laços de amizades. A continuidade das políticas de esporte e lazer voltadas à população idosa não pode sofrer descontinuidade, sob pena de causar rupturas sociais extremamente prejudiciais à pessoa idosa e sua saúde.

A integração com os órgãos de saúde e a iniciativa privada também é importante na execução de políticas mais abrangentes e com menor dispêndio de recursos. Parcerias devem ser estimuladas pelo governo em todos os municípios, com apoio da união, dos conselhos municipais e do estado, para que garantam a proteção necessária e a formulação de políticas consistentes ao esporte e lazer voltados à pessoa idosa.

- Recreação Esportiva

Em regra, a escola deve ser o local de excelência e ponto de referência às atividades de lazer numa comunidade. Os atrativos de esporte e lazer, quando unidos à educação integral, formam uma poderosa ferramenta de transformação social, gerando desenvolvimento social e econômico para o cidadão. As políticas de esporte e lazer devem articular-se estreitamente com as escolas, atraindo nossas crianças e jovens ao ensino.

Não obstante, são inúmeros os espaços públicos que devem ser estimulados com atividades recreativas, sobretudo em áreas pouco aproveitadas pelo estado, cabendo ao poder público promover a revitalização de tais áreas, seja diretamente, seja por meio de parcerias nas quais as contrapartidas podem



gerar oportunidades recreativas à população, combinada com preservação de locais públicos.

Importante ressaltar a necessária valorização das associações de bairros na integração de ações em parcerias entre estado e prefeituras, no sentido de possibilitar que as famílias sejam valorizadas por políticas públicas que fortaleçam os vínculos sociais, dando o suporte necessário para a realização ampla e irrestrita de atividades recreativas.

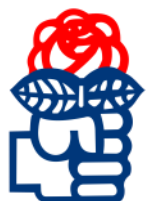
- Atletas sem Deficiência

A performance dos atletas brasileiros nas paraolimpíadas do Rio encheu de orgulho nosso povo. Foram 78 medalhas, sendo 14 de ouro. Exemplos de atletas olímpicos demonstram a capacidade de superação das pessoas com deficiência em alcançar objetivos e resultados dos mais diversos, mesmo com limitações físicas.

A implementação de políticas desportivas e de lazer direcionada a essa população é fundamental não somente para atender uma necessidade básica de todo ser humano, mas também para integrar toda a sociedade, em sua diversidade, valendo-se de exemplos de vida e superação.

A garantia dos direitos de cada cidadão deve ser ampla e irrestrita. Políticas voltadas para pessoas com deficiência na esfera do esporte e lazer, sobretudo no fomento aos esportes coletivos são de grande relevância para inclusão e socialização das pessoas com deficiência.

As estruturas das quadras poliesportivas nas escolas e demais equipamentos estaduais devem ser amplamente disponibilizados para essa



população, principalmente quanto a prática do basquete, esporte com maior número de praticantes, assim como nos esportes individuais, como a natação e ciclismo, que também detém grande potencial de expansão e benefícios as pessoas com deficiência.

Neste sentido, é fundamental que o estado, união e municípios invistam em acessibilidade e mobilidade para gerar a infraestrutura necessária ao fortalecimento e inclusão das políticas de desporto e lazer para essa população.



12 **Desenvolvimento Sustentável**

Na pauta contemporânea do conceito de Desenvolvimento Sustentável, são discutidas as diversas práticas, ações e políticas específicas, integradas e transversais, dos governos, da sociedade civil e da esfera privada que contribuirão para a transformação de um mundo menos desigual, com maior liberdade, dignidade, igualdade de oportunidades e direitos, erradicação da fome e da pobreza, consciência ecológica, consumo e produção responsável, justiça, segurança, preservação da vida, distribuição de água potável e saneamento básico como direito humano fundamental, educação de qualidade, igualdade de gênero, saúde e bem-estar, moradia digna, trabalho digno para todos, crescimento econômico, inovação, com cidade e comunidades sustentáveis.

Tais objetivos foram traçados pela ONU, e acordados pelos governos participantes, ao qual, o Brasil também se comprometeu em promover medidas para alcançar tais resultados até 2030. O nosso governo entende que a participação do Estado do Rio de Janeiro na busca por tais objetivos é fundamental. Por conta disto, todas as políticas e ações propostas por este plano de governo estarão associadas as metas da Agenda 2030 da ONU.

Deste modo, serão compromissos do nosso Governo:

1. Articular políticas e ações para erradicação da pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;



2. Articular políticas e ações para erradicação da fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Articular políticas e ações para assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Articular políticas e ações para assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Articular políticas e ações para alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Articular políticas e ações para assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Articular políticas e ações para assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. Articular políticas e ações para promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
9. Articular políticas e ações para construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;



- 10.Reduzir os níveis de desigualdade no Estado;
- 11.Tornar os municípios do Estado e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- 12.Articular políticas e ações para assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- 13.Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
- 14.Tomar medidas de atuação pública na garantia da conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos;
- 15.Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação hoje presente no Norte e Noroeste Fluminense, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- 16.Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e transformar o aparelho de Estado como uma máquina eficaz, responsável e inclusiva em todos os níveis;

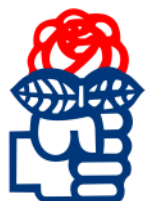


17. Fortalecer os meios de implementação de parceria com as esferas federal, municipal e até estrangeiras para buscar medidas e caminhos para dificuldades e superação dos problemas do Estado, que são tratados como problemas de dimensão global;
18. Reflorestamento: ações que promovam a melhoria dos índices de cobertura de área verde, principalmente nos municípios de Nilópolis (1%), Belford Roxo (9%) e Seropédica (12%);
19. Despoluição da Baía de Guanabara;
20. Despoluição dos sistemas de lagoas e manguezais;
21. Orientar o uso e ocupação do solo na definição de áreas destinadas às atividades econômicas;
22. Fortalecimento da fiscalização nos distritos industriais;
23. Ampliar a recuperação da Mata Atlântica;
24. Criação do Centro de Pesquisa e Monitoramento Socioambiental da Baía de Guanabara (Ilha do Brocoió), que servirá de base para o desenvolvimento de ações ancoradas em atividades de ensino, pesquisa e de extensão universitária em sintonia com as demandas econômicas, sócias e ambientais locais;
25. Buscar, junto ao Ministério de Minas e Energia, a possibilidade de alteração do projeto de construção da Hidrelétrica de Itaocara, que hoje prevê o modelo de Hidrelétrica fio d'água, para o modelo de Hidrelétrica de



Acumulação, fato que não só contribuirá no aspecto da produção de energia limpa e renovável, mas também contribuirá na maior concentração de reserva de água, questão tão importante para o noroeste fluminense, tendo em vista os fortes períodos de seca da região. Tais reversas em grande concentração de água, poderiam se tornar uma importante saída para a falta d'água, fruto de estiagens;

26. Promover, junto aos representantes do setor empresarial e dos catadores de materiais recicláveis, acordo sustentável para a logística reversa de embalagens em geral em todo o Estado, em que setor empresarial responsável pela produção, distribuição e comercialização de embalagens de papel e papelão, plástico, alumínio, aço, vidro, ou ainda pela combinação destes materiais, transformem através de reciclagem, embalagens e outros produtos úteis;
27. Buscar substituição gradual das frotas de ônibus intermunicipais para frotas de ônibus movidos à hidrogênio, de modo a reduzir a letalidade causada pela poluição atmosférica, emissão de gases de efeito estufa, e direcionar obrigações aos municípios para que adotem política idêntica, de modo que em 2 anos, todas as frotas rodoviárias de transporte coletivo do Estado emitam poluentes zero na nossa atmosfera;
28. Reduzir riscos ambientais através de ações de proteção aos mananciais e cursos d'água, e buscar a elaboração de planos de ação para situações de emergência, em situações climáticas históricas e frequentemente registradas no Estado;
29. Criar meios de registro dos catadores de lixo com a finalidade de gerar ações de valorização de tais atividades, financiar equipamentos de segurança, aprofundar a tais trabalhadores maiores garantias de direitos, saúde,




moradia, assistência social, incentivo a formação educacional, além de buscar promover cursos de técnicas otimizadas para a coleta de lixo reciclável;

30. Implantar campanhas e ações que promovam a conscientização do uso racional da água e da energia elétrica;
31. Implantar campanhas de conscientização dos efeitos socioambientais negativos que os automóveis vêm causando à sociedade, como grandes engarrafamentos, emissão de gases poluentes contra a atmosfera, grande contribuidor do aquecimento global e entre outros malefícios, para propor uso consciente do uso de veículos particulares em dias úteis, visando sua redução, e fomentando o uso dos transportes coletivos de massa;
32. Capacitar os gestores e utilizar os espaços estaduais através de intercambio de conhecimento e boas práticas, com o uso sustentável dos prédios públicos;
33. Promover desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas da pesca e da agricultura, fomentando o pequeno produtor, através do incentivo das colônias de pescadores e da agricultura familiar;
34. Buscar medidas efetivas, junto ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro, para consolidar o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional em todo o Estado, e deste modo, intensificar políticas sustentáveis de modo integrado e unificado, na agricultura, pecuária e pesca, de famílias e microempreendedores.




O RIO TEM JEITO SIM!



**O RIO DE
JANEIRO É
MAIOR QUE
QUALQUER
CRISE.**

**SIM, NÓS
PODEMOS
DAR A VOLTA
POR CIMA!**



12

**PEDRO
FERNANDES
GOVERNADOR**



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT